

SILVANA ANELISA BEZERRA DE ANDRADE SOUZA

**SIGNIFICADOS DOS ALIMENTOS E DE SUA
DISTRIBUIÇÃO INTRAFAMILIAR PARA MULHERES DE
TRABALHADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR DO NORDESTE
DO BRASIL**

RECIFE

2015

Silvana Anelisa Bezerra de Andrade Souza

**Significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar para
mulheres de trabalhadores de cana-de-açúcar do Nordeste do
Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica Maria Osório de Cerqueira

Coorientadora: Prof^a. Dra. Cleide Maria Pontes

RECIFE

2015

Ficha catalográfica elaborada pela
Bibliotecária: Mônica Uchôa, CRB4-1010

S729

Souza, Silvana Anelisa Bezerra de Andrade.

Significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar para
mulheres de trabalhadores de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil /
Silvana Anelisa Bezerra de Andrade Souza. – Recife: O autor, 2015.

72 f.: il.; tab.; quadr.; 30 cm.

Orientadora: Mônica Maria Osório de Cerqueira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
CCS. Programa de Pós-Graduação em Nutrição, 2015.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Alimentação. 2. Mulher. 3. Família. 4. Segurança Alimentar e
Nutricional. I. Cerqueira, Mônica Maria Osório de (Orientadora). II. Título.

612.3 CDD (23.ed.)

UFPE (CCS2015-116)

Silvana Anelisa Bezerra de Andrade Souza

Significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar para mulheres de
trabalhadores de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil

Dissertação aprovada em: _____/_____/_____

Banca Examinadora

Professora Dra. Francisca Márcia Pereira Linhares
Centro de Ciências da Saúde – Universidade Federal de Pernambuco

Professora Dra. Adriana Falângola Benjamin Bezerra
Centro de Ciências da Saúde – Universidade Federal de Pernambuco

Professora Dra. Maria Gorete Lucena de Vasconcelos
Centro de Ciências da Saúde – Universidade Federal de Pernambuco

RECIFE

2015

*Dedico este trabalho a DEUS, à minha família e
familiares e aos meus amigos.*

*A todos que lutam para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, bem como o Direito Humano à
Alimentação Adequada no Brasil e no mundo.*

*As companheiras de homens trabalhadores de cana-de-açúcar, mulheres guerreiras que lidam
diariamente com a alimentação familiar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais esta conquista, pois acredito que há tempo para tudo na vida e certamente a realização deste sonho estava nos planos dEle para mim.

Minha eterna gratidão aos meus pais, Silvana e Adeilson, pelo amor, cuidado e ensinamentos. Esta conquista também é de vocês!

Agradeço aos meus irmãos, Analy e Adeilson Filho, pela amizade e companheirismo. Amo muito vocês!

Agradeço a Professora Mônica Osório e a Professora Cleide Pontes, pelo aprendizado e paciência. Fico muito lisonjeada em poder ter orientadoras tão competentes e comprometidas com sua profissão.

Meus agradecimentos a todos os professores da Pós-graduação de Nutrição por todos os ensinamentos construídos durante o curso.

Agradeço em especial as minhas colegas da turma de mestrado Rafaella de Andrade, Conciana Neves, Pedrita Queiroz, Raísa Duarte, Camila Chiara, Adriana César, Suzane Barbosa, Dayse Lima, pela parceria, companheirismo e pela amizade construída. Momentos que jamais serão esquecidos.

Agradeço as alunas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pelos momentos de aprendizado nas reuniões de grupo e pelas atividades realizadas em equipe que ajudaram na construção desta dissertação.

Minha gratidão às funcionárias da Pós-graduação em Nutrição, Neci e Cecília, pela disponibilidade e atenção no atendimento. Vocês são profissionais que fazem a diferença na função que desempenham.

“De todos os atos naturais, o alimentar-se foi o único que o homem cercou de ceremonial e transformou lentamente em expressão de sociabilidade, ritual política, aparato de alta etiqueta.”

Luís da Câmara Cascudo

RESUMO

A alimentação é fundamental para a sobrevivência humana e sua prática é influenciada pela cultura dos indivíduos, refletindo o caráter social das práticas alimentares. Dentre os ambientes em que são realizadas as refeições, o familiar é um dos mais importantes. Na família, há uma prática comum de distribuir os alimentos que visa atender as necessidades biológicas dos indivíduos, entretanto é cercada por aspectos históricos, socioculturais e econômicos. As atividades domésticas, incluindo às relacionados com a alimentação, historicamente são atribuídas às mulheres. Por isso, este estudo qualitativo objetivou desvelar os significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar para mulheres de trabalhadores de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil. A amostra foi intencional e composta por 17 mulheres companheiras de trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar. As entrevistas individuais incluíram as questões norteadoras: *O que a senhora entende por alimento? O que significa os alimentos para sua vida e da sua família? Como a senhora divide e distribui os alimentos na sua família? Como a senhora se sente quando distribui os alimentos entre os membros de sua família?* As informações foram interpretadas à luz dos constructos teóricos: a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada e as influências históricas e socioculturais na formação das práticas alimentares da família brasileira. A análise das informações geraram quatro categorias temáticas: alimento como essencial à vida; sentimentos ambíguos diante da disponibilidade de alimentos no domicílio; a disponibilidade de alimentos e as atribuições do homem e da mulher interferindo na partilha; iniquidades sociais no contexto da partilha de alimentos. A ênfase na importância da alimentação para sobrevivência reflete a priorização do seu aspecto biológico, enquanto as situações de iniquidade e discriminação na partilha de alimentos entre os membros e a distinção de alimentos de pobres e ricos se relacionam com questões históricas e culturais. Os sentimentos dicotômicos, por sua vez, estavam associados com a disponibilidade de alimentos no domicílio, refletindo a dimensão psicológica da alimentação. Estes significados se relacionam com diferentes níveis de insegurança alimentar e nutricional nesta população.

Palavras-chave: Alimentação, Mulher, Família, Segurança Alimentar e Nutricional

ABSTRACT

Food consumption is crucial for human survival, and its practice is influenced by an individuals' culture, reflecting the social character of food consumption practices. A person's household is one of the most important places where meals are eaten. Distributing food is a common practice in the family aims at meeting the individuals' biological needs; however, this is surrounded by historical, socio-cultural and economic aspects. Domestic activities, including those related to food consumption, are historically assigned to women. Therefore, the purpose of this qualitative study was to unveil the meanings of food and their intra-familial distribution for the wives of sugar-cane industry workers in the Brazilian Northeast. The sample was intentional and consisted of 17 wives of sugar-cane industry workers. The individual interviews included the following guiding questions: *What do you understand by food? What does food mean to you and your family's lives? How do you split and distribute food to your family members? How do you feel when you share food with your family members?* This information was interpreted under the light of the following theoretical constructs: Nutritional and Food Security and the Right to Adequate Food as a Human Right, and their historical and sociocultural impact in the building of the dietary food consumption practice of the Brazilian family. The information analysis generated four thematic categories: food as essential for the life; ambiguous feelings before the availability of food in the household; the availability of food and on the assignments of men and women interfering in the sharing; social inequities in the context of food sharing. The emphasis on the importance of food for one's survival reflects the prioritization of its biological aspect, while the situations of inequity and discrimination in food sharing to the family members and the distinction of poor and rich food is related to historical and cultural issues. Split feelings, on their turn, were associated with the availability of food in the household, thus reflecting the psychological dimension of food consumption. These meanings relate to the different levels of nutritional and food insecurity for this population.

Keywords: Food consumption, Woman, Family, Nutritional and Food Security

LISTA DE ABREVIASÕES

DHAA Direito Humano à Alimentação Adequada

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
1.1 A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada.....	15
1.2 Influências históricas na formação das práticas alimentares da família brasileira.....	19
1.3 A influência sociocultural nas práticas alimentares.....	26
1.4 Confluências da Segurança Alimentar e Nutricional com os aspectos históricos e socioculturais na Zona da Mata de Pernambuco.....	33
2 CAMINHO METODOLÓGICO.....	36
2.1 Delineamento da Pesquisa.....	36
2.2 Cenário do Estudo.....	36
2.3 Participantes do Estudo.....	37
2.4 Coleta das Informações.....	37
2.5 Análise das Informações.....	38
2.6 Aspectos Éticos.....	40
2.7 Limitações do estudo.....	40
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
3.1 Significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar para mulheres de trabalhadores de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil.....	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE A.....	64
APÊNDICE B.....	65
ANEXO A.....	71
APÊNDICE C.....	72

APRESENTAÇÃO

A alimentação é um ato natural e imprescindível para a sobrevivência dos seres humanos. Além de ser uma necessidade biológica, a alimentação é inerente a cultura dos indivíduos, sendo uma expressão de sociabilidade (CASCUDO, 2011). A princípio parece ser algo simples, mas reflete a interação de diversos fatores: históricos, sociais, econômicos, culturais e psicológicos. Por ser um assunto complexo apenas uma área de estudo não é capaz de dar conta de todo o seu entendimento (POULAIN; PROENÇA, 2003).

O Brasil é um país cujos hábitos alimentares são diversificados e foram construídos inicialmente por meio da contribuição de índios, brancos e negros, e posteriormente dos imigrantes advindos de diversos países. A influência cultural destes povos, somada à criatividade e adaptação dos pratos tradicionais aos alimentos locais, originou a cozinha brasileira. Desta forma, os hábitos atuais são frutos de uma história construída através dos séculos estando totalmente associados com a formação da família brasileira (FREYRE, 2003; SONATI; VILARTA; SILVA, 2009; CASCUDO, 2011).

O ambiente familiar é um dos mais importantes entre os diversos ambientes envolvidos para a prática da alimentação. É preciso conhecer os hábitos da família quando se deseja avaliar as práticas alimentares de um lugar ou região. Isto pode ser feito por meio de visitas domiciliares e observando o que é utilizado no cotidiano, pois por mais que um dia de festa esteja cercado de alimentos típicos, não representa o que é consumido no domicílio diariamente (CASCUDO, 2011). Na família, existe uma prática comum de distribuição de alimentos entre os seus membros e que pode determinar o estado nutricional desses indivíduos (HAAGA; MASON, 1987; LUO et al., 2001). Mesmo sendo uma prática do dia a dia familiar, este ato é determinado por uma multiplicidade de fatores construídos socioculturalmente.

A alimentação pode ser observada mediante duas dimensões: uma individual e outra coletiva, ambas presentes no ambiente familiar. A dimensão individual refere-se ao atendimento das demandas biológicas enquanto que a dimensão coletiva relaciona-se com sua função social e simbólica-cultural (POULAIN; PROENÇA, 2003; ROMANELLI, 2006). Por ser um dos principais locais de realização das refeições, é no domicílio que as práticas alimentares acontecem e devem ser atentamente observadas, a fim de que todos os membros tenham uma alimentação adequada (ROSSI; MOREIRA; RAUEN, 2008).

Entretanto, durante a alimentação familiar já foi constatado que nem sempre todos os membros consomem o que lhes é necessário, mostrando que há situações iníquas na distribuição intrafamiliar de alimentos (FISHER; ALBUQUERQUE, 2002; VIJAYARAGHAVAN; PRAKASAM; LAXMAIAH, 2002; NDIKU et al., 2011;). Este fato pode ser a causa de diversos problemas alimentares, uma vez que a não satisfação das necessidades nutricionais do indivíduo gera uma situação de insegurança alimentar e nutricional. A carência nutricional, todavia, nem sempre ocorre pela falta de calorias da alimentação. Muitas vezes há uma adequação quantitativa, mas falta qualidade na alimentação. Fome, carências nutricionais, desnutrição e até as doenças crônicas não transmissíveis são apenas alguns exemplos de males que são presentes nos dias atuais e que estão diretamente relacionados à inadequação alimentar (COUTINHO; LUCATELLI, 2006; PEDRO, 2006; BRASIL, 2004; OSÓRIO, 2002).

Diversos indicadores são utilizados para determinação da Segurança Alimentar e Nutricional. A disponibilidade calórica *per capita* (calculada a partir da disponibilidade de alimentos no país) avalia o que é produzido, sendo geralmente utilizada em nível global e nacional (SEGALL-CORRÊA, 2007). No entanto, já foi identificado que a quantidade de alimentos produzida atualmente é suficiente para alimentar toda a população brasileira, daí a necessidade de conhecer a Segurança Alimentar e Nutricional no nível familiar e individual (KEPPEL; SEGALL-CORRÊA, 2011). No domicílio, os indicadores indiretos mais utilizados para estimar a Segurança Alimentar e Nutricional incluem os relacionados à renda (quanto da renda familiar é comprometido com a compra de alimentos), uma vez que a precariedade de recursos está entre as principais causas da escassez de alimentos, gerando insegurança alimentar e nutricional. Porém, uma das limitações dos indicadores de renda é que através deles não é possível presumir a qualidade da dieta. Considerando ainda o ambiente familiar, tem-se o indicador de percepção da segurança/insegurança alimentar, que é a medida direta dessa condição no domicílio (SEGALL-CORRÊA, 2007; VIANNA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

No contexto familiar, em geral, a mulher tem um papel fundamental na alimentação, seja na compra, no preparo ou na divisão de alimentos. A alimentação culturalmente está associada ao afeto e à proteção, e o seu preparo está fortemente ligado à mulher. Essa vinculação acontece ao longo da existência humana devido à divisão sexual do trabalho, e nesta divisão o processamento de refeições é papel dela. Além de ter mais acesso que os homens às informações acerca da alimentação também atua como mediadora entre os

universos nos quais predominam regras alimentares diversificadas, podendo ser agente transformador de hábitos. Em momentos de escassez de alimentos sua responsabilidade aumenta e seus sentimentos frente a esta situação são diversos (ROMANELLI, 2006).

Nas famílias de mulheres de trabalhadores rurais, a escassez de alimentos não é uma realidade muito distante. Vivendo em área marginalizada, os companheiros recebem baixos salários (principal ou única fonte de renda) que são repassados irregularmente de acordo com as épocas de safra e entressafra da cana-de-açúcar, sofrendo um quadro de instabilidade financeira e grande insegurança alimentar e nutricional (CAVALCANTI, 2002; CAMPOS; RAPOSO; MAIA, 2007). Foram escolhidas como sujeitos desse estudo, as mulheres de trabalhadores rurais de cana-de-açúcar do município de Gameleira, da Zona da Mata do Nordeste do Brasil.

Diante da importância da distribuição intrafamiliar dos alimentos e da responsabilidade da mulher neste processo surge à questão condutora do presente estudo: quais os significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar para as mulheres que residem em uma zona canavieira do Nordeste do Brasil? Portanto, este estudo tem como objetivo desvelar os significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar segundo a percepção das mulheres que residem em uma zona canavieira.

As precárias condições econômicas afetam as práticas alimentares, e este quadro se estende ao longo dos séculos na Zona da Mata Pernambucana. Entretanto, a escassez alimentar vivenciada pelas famílias deve ser encarada como um problema de saúde pública atual, sendo necessário buscar soluções viáveis para a realidade desta população. Assim, a relevância deste estudo está na importância em elucidar as questões envolvidas nos significados dos alimentos, e na sua prática de distribuição entre os membros das famílias que vivem em considerável situação de pobreza. Com isso, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional mais efetivas que reflitam na sociedade, e em especial nas populações que vivem em extrema pobreza.

A primeira parte desta dissertação corresponde ao Referencial Teórico, construído a partir do estudo de alguns dos aspectos relacionados às práticas alimentares do Brasil, ancorado em diversos autores. Este referencial foi estruturado nos seguintes constructos: a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada, as influências históricas na formação das práticas alimentares da família brasileira, a influência sociocultural nas práticas alimentares e confluências da Segurança Alimentar e Nutricional

com os aspectos históricos e socioculturais na Zona da Mata Pernambucana. A segunda parte tem-se o Caminho Metodológico; a terceira Resultados e Discussão, contendo o Artigo I e a quarta as Considerações Finais desta pesquisa.

O artigo I “Significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar para mulheres de trabalhadores de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil” foi submetido aos Cadernos de Saúde Pública e trata das vivências e sentimentos das mulheres de trabalhadores canavieiros nas práticas alimentares.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada

A prática da Segurança Alimentar e Nutricional se configura como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2004). Neste sentido, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional traz uma visão mais ampla da alimentação, extrapolando a dimensão biológica e considerando os demais aspectos envolvidos (PANIGASSI et al., 2008). Mesmo parecendo um tanto utópico, este conceito traz reflexões necessárias para a busca da concretização de uma alimentação adequada, fundamental para garantir uma vida produtiva e saudável.

A alimentação adequada do ponto de vista biológico é aquela que satisfaz as necessidades nutricionais dos indivíduos. Na família, a prática de realizar a distribuição intrafamiliar de alimentos é uma tentativa de nutrir a todos, ou pelo menos de garantir a sobrevivência destes (VIJAYARAGHAVAN; PRAKASAM; LAXMAIAH, 2002; NDIKU et al., 2011). A partilha de alimentos na família também é considerada uma das formas mais importantes para se adaptar à escassez de alimentos (SKINNER et al., 2013). Entretanto, a Segurança Alimentar Intrafamiliar só é alcançada quando todos os membros têm acesso regular, por meio socialmente aceitável, ao consumo de alimentos em quantidade suficiente e qualidade adequada (BRASIL, 2004; PANIGASSI et al., 2008). Diante da importância da família na alimentação é possível afirmar que se torna difícil garantir a Segurança Alimentar e Nutricional do indivíduo quando há situações em nível domiciliar que dificultem a realização das práticas alimentares saudáveis.

Para garantir este direito à população do Brasil, em 2010, a alimentação foi incluída entre os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal. Isto representou um avanço na luta pela garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, pois este direito humano não estava explícito na carta magna (BRASIL, 2010a). Neste mesmo ano quando a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi instituída por meio do Decreto 7.272/2010, estabeleceu-se pelo artigo 21, parágrafo 5º, um sistema de monitoramento e avaliação que contempla sete dimensões de análise, são estas: I- produção de alimentos; II-

disponibilidade de alimentos; III- renda e condições de vida; IV – acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; V- saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; VI- educação; e VII- programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Ainda no parágrafo 6º do mesmo artigo é determinado que o sistema de monitoramento e avaliação deve identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero (BRASIL, 2010b). Entretanto, isso não quer dizer que o DHAA é um privilégio para poucos e nem direcionado a grupos específicos. A questão é que diante das iniquidades sociais e da necessidade de garantir o DHAA para todos é preciso tratar cada indivíduo em sua singularidade. Com isto, faz-se necessário ter um olhar especial para aqueles indivíduos em situação de maior vulnerabilidade, garantindo assim o princípio da equidade.

O caminho da segurança alimentar até a segurança nutricional envolve alguns níveis: global, nacional, domiciliar e individual. A nível global e nacional são usados indicadores que medem a disponibilidade de alimentos, em geral transformada em disponibilidade *per capita*. Para garantir o DHAA, cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, respeitando as múltiplas características culturais dos povos. No domicílio, indicadores de renda são frequentemente utilizados como medida indireta de segurança alimentar, enquanto que indicadores de percepção da segurança/insegurança alimentar são utilizados como medida direta desta condição na família ou domicílio. Os indicadores antropométricos constituem medidas diretas do estado nutricional, mas indiretas para medir a Segurança Alimentar e Nutricional (SEGALL-CORRÊA, 2007). Todos esses indicadores servirão como fonte de dados e deverão ser utilizados no planejamento de estratégias que visem garantir a Segurança Alimentar e Nutricional.

Violações aos direitos humanos ocorrem quando um direito não é respeitado, protegido, promovido ou realizado. Estes direitos, por sua vez, mesmo sendo diferentes estão interligados. O direito a educação reflete no DHAA, uma vez que há uma tendência de um consumo mais elevado de nutrientes entre subgrupos com maior educação (JAIME *et al.*, 2009). Situações em que as pessoas estão passando fome, em insegurança alimentar e nutricional, passando sede ou com acesso inadequado à água limpa e a saneamento de qualidade, desnutridas, mal nutridas, perdendo sua cultura alimentar e/ou sem oportunidade para desenvolver hábitos alimentares saudáveis, consumindo alimentos de má qualidade ou contaminados, sendo expulsas de suas terras ou tendo negado o acesso e usufruto a suas terras

tradicionais, desempregadas ou sendo submetidas a subemprego, são exemplos de violação ao DHAA (LEÃO, 2013).

Entre os direitos básicos, o DHAA é talvez um dos que mais refletem a condição de vida das famílias (principalmente em relação à qualidade, quantidade e distribuição intrafamiliar de alimentos), pois quando estas estão em insegurança alimentar e nutricional é provável que todos os demais direitos não estejam sendo garantidos. Se o DHAA é uma garantia, a insegurança alimentar e nutricional ainda é uma realidade em nosso país. Esta, por sua vez, engloba desde a percepção de preocupação e angústia ante a incerteza de dispor regularmente de comida, até a vivência de fome por não ter o que comer em todo o dia. De acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), existem três níveis de insegurança alimentar e nutricional: leve, moderada e grave. Estes níveis variam desde a preocupação de que possa faltar o alimento (leve), restrição quantitativa na alimentação dos adultos e da família (moderada) até chegar a deficiência quantitativa e fome entre adultos e crianças da família (grave) (SEGALL-CORRÊA, 2007).

Há famílias que mesmo abaixo da linha de pobreza, por alguma circunstância estão em Segurança Alimentar e Nutricional, e o oposto também acontece (HAAGA; MASON, 1987; SEGALL-CORRÊA, 2007). Considerando o fato de que há alimentos suficientes para todos e que o fator econômico não é determinante para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, é preciso entender os demais motivos envolvidos nas práticas alimentares (POULAIN; PROENÇA, 2003; ROMANELLI, 2006). Para isso, é necessário estudar os fatores socioculturais que envolvem a alimentação, a partir dos indicadores de disponibilidade de alimentos (disponibilidade calórica *per capita* e de renda), mas principalmente indicadores que retratem situações mais subjetivas dos seres humanos como o indicador de percepção da segurança/insegurança alimentar.

A percepção da Segurança Alimentar e Nutricional para algumas famílias está centrada nas possibilidades diárias, e não nas possíveis perspectivas a longo prazo. Esta prática pode ser visualizada nas comunidades indígenas que vivem de frutos oriundos da floresta, da caça e da pesca (YUYAMA et al., 2008). Entretanto, para a maioria das famílias, a incerteza da alimentação é algo preocupante. Talvez uma das situações que mais atemorize o ser humano seja a condição de insegurança alimentar e nutricional. Mesmo quando os recursos financeiros são escassos em um domicílio, a alimentação precisa ser mantida (FREITAS, 2002). Neste sentido, a falta do alimento ultrapassa a questão biológica, refletindo numa dimensão

psicológica, social e cultural (SAMPAIO et al., 2006). A baixa renda financeira, em geral, está diretamente associada com situações de insegurança alimentar e nutricional dos indivíduos ou famílias, entretanto, não é determinante (OLIVEIRA et al., 2010b). Diferentes estratégias são realizadas pelas famílias que estão em insegurança alimentar e nutricional na tentativa de que todos os membros sejam alimentados visando garantir a sobrevivência. Estas, em geral, visam melhorar o acesso ao alimento (captar recursos, receber doações, realizar trocas, produzir alimentos entre outros), bem como garantir sua distribuição (fazer com que todos sejam alimentados). Entretanto, é necessário considerar as especificidades de cada indivíduo que extrapolam as questões de sobrevivência. Elas visam manter a vida com uma alimentação adequada em quantidade e qualidade.

Considerando os indivíduos a partir de suas necessidades biológicas é possível identificar pessoas que tem um gasto calórico maior que outras, precisando consumir mais alimentos. Partindo de um princípio lógico, uma pessoa adulta tem um gasto maior do que uma criança. O problema é que mesmo recebendo quantidades inferiores, indivíduos com menores necessidades precisam consumir quantidades equivalentes em proporção as suas necessidades, o que nem sempre acontece (WHEELER, 1991; LUO et al., 2001; NDIKU et al., 2011). Assim, não é o total de alimentos consumidos em si que irá determinar se uma pessoa está em Segurança Alimentar e Nutricional, é a quantidade associada à qualidade de acordo com as suas necessidades biológicas e os aspectos sociais e culturais.

A qualidade da dieta é fundamental para obter todos os nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo (KEPPEL; SEGALL-CORRÊA, 2011). A inadequação alimentar, principalmente de micronutrientes, é explicada principalmente por uma alimentação com pouca diversidade (ARSENAULT et al., 2013). Carências nutricionais específicas causadas por deficiências de vitaminas e minerais (vitamina A, bôcio endêmico, beribéri), desnutrição, excesso de peso e doenças crônicas não transmissíveis são apenas alguns exemplos de situações relacionadas com inadequação alimentar (OSÓRIO, 2002; PEDRO, 2006; KEPPEL; SEGALL-CORRÊA, 2011; CAVALCANTI *et al.*, 2014). Não é possível pensar em alimentação adequada sem considerar essas especificidades.

O padrão alimentar da sociedade atual tem dificultado a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Esta situação aponta para um problema que está relacionado ao tipo de alimento ingerido. É possível afirmar com propriedade que nem tudo que se come pode ser considerado alimento. Preparações totalmente desprovidas de vitaminas e minerais, e ricas em

carboidratos, gorduras, açúcares simples e sódio fazem parte do dia a dia de grande parcela da população. Estas mudanças têm atingido o ambiente familiar, e isto merece atenção, pois se um dos objetivos da alimentação é a manutenção de uma vida com qualidade, estes novos padrões não são favoráveis (COUTINHO; LUCATELLI, 2006; KEPPEL; SEGALL-CORRÊA, 2011). Esta situação configura o processo de transição nutricional enfrentado pelo Brasil e que traz consequências negativas a saúde dos indivíduos.

A transição nutricional caracterizada pelo aumento do sobrepeso/obesidade é um dos problemas que afeta diretamente a Segurança Alimentar e Nutricional. Situações de carência nutricional nem sempre poderão ser visualizadas em um corpo caquético, pois a fome atual habita muitas vezes o corpo de um indivíduo com excesso de peso, caracterizando a fome oculta. Ao tratar deste fenômeno não se deve conceituar o problema atual como sendo oposto à fome. Deve-se considerar a possibilidade de que seja, em diversas populações, uma consequência dela pelo fato destas não possuírem os meios necessários para adquirir uma alimentação de qualidade (COUTINHO; LUCATELLI, 2006; PEDRO, 2006). A baixa segurança alimentar, por sua vez, está associada com maiores consumos de energia total e percentual de calorias provenientes de gordura e açúcar adicionais (SHARKEY *et al.*, 2012). Esta é uma realidade em diversos locais no Brasil, sendo fundamental compreender os aspectos mais específicos de cada população que podem interferir nos padrões alimentares.

Devido às múltiplas influências socioculturais, diferenças econômicas e físico-geográficas, o estudo da alimentação brasileira é bem complexo. Por isso, é necessário identificar as características de cada região a fim de que situações que ponham em risco a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional sejam modificadas. Compreender a dinâmica econômica local (que influenciará no acesso e disponibilidade do alimento) e também sociocultural (costumes alimentares) são imprescindíveis no estudo das práticas alimentares (CASCUDO, 2011). Estas dimensões também devem ser consideradas ao analisar a distribuição intrafamiliar de alimentos.

1.2 Influências históricas na formação das práticas alimentares da família brasileira

Cada sociedade possui práticas alimentares próprias que foram formadas mediante o decorrer dos séculos. Estas têm o objetivo de manter a sobrevivência da espécie, mas possuem também representações socioculturais. A distribuição intrafamiliar de alimentos é uma delas e sofre influência de fatores construídos historicamente (NELSON, 1986; HAAGA & MASON,

1987; NDIKU et al., 2011). Por isso, para entender as questões que interferem nesta prática alimentar no Brasil, é fundamental compreender a história da alimentação deste país, sabendo que ela é resultado da descrição dos fatos sob a ótica de diversos autores. Destaca-se que o olhar para o alimento varia de um pesquisador para outro, de forma que de um mesmo contexto é possível extrair diversas interpretações (CASCUDO, 2011). Entretanto, independente do ponto de vista do observador é inquestionável o fato de que a alimentação brasileira é fruto de uma mistura cultural bastante rica, o que a torna ainda mais especial.

A formação da família brasileira ocorreu inicialmente através da união do português com a mulher índia e posteriormente com as negras vindas da África, de modo que houve uma miscigenação não apenas étnica, mas principalmente cultural entre nativos, colonizadores e escravizados. Em Pernambuco, pela proximidade da Europa, houve um equilíbrio das três influências. As mudanças aconteceram desde o “descobrimento” devido às dificuldades encontradas pelos colonizadores, pois era necessário se adaptar a situações novas, como: clima, geografia, fauna, flora e também dieta, porque pensar em Brasil é pensar em todas essas diversidades (FREYRE, 2003). Entretanto, se colocarmos o fenômeno da influência étnica num quadro de desigualdade e conflitos não dá pra ignorar que o português branco colonizador foi instaurador da hierarquia, que o negro foi trazido à força e que o índio foi, em grande parcela, dizimado (MACIEL, 2004). Mesmo assim, não seria correto atribuir maiores ou menores contribuições na formação alimentar da familiar de acordo com os grupos étnicos. O que deve ser considerado são as influências culturais trazidas por cada um destes grupos e que refletem na alimentação atual.

No período colonial a incorporação de novas práticas alimentares pelas famílias surge mais devido a necessidade de sobrevivência do que aos fatores socioculturais. Muitos hábitos alimentares europeus não eram possíveis de serem realizados na colônia. Por isso, havia uma necessidade de incorporar e assimilar hábitos indígenas e posteriormente africanos com o objetivo principal de manutenção da vida. Milho, batata, abóbora e tomate, são exemplos de alimentos americanos desconhecidos pelas famílias europeias e que foram introduzidos nos seus hábitos alimentares ao ponto de serem posteriormente levados para Europa. Alimentos indígenas como amendoim e castanha de caju e africanos como o azeite de dendê também desconhecidos dos europeus foram incorporados aos hábitos alimentares das famílias que aqui viviam, e ainda permanecem sendo utilizados. Porém, entre todos os alimentos, a mandioca, alimento básico dos índios, merece atenção especial, podendo ser considerado um dos mais importantes do período colonial. Sua farinha, logo substituiu a farinha de trigo, tornando-se o

alimento que viria a ser a base da alimentação no Brasil, estando presente até os dias de hoje na mesa da família brasileira de Norte a Sul, e entre as diversas camadas sociais e étnicas. Diante da importância da mandioca (em especial, a farinha) em todo o território nacional, é possível afirmar que este é um dos alimentos que melhor representam nossa brasilidade (FREYRE, 2003; MACIEL, 2004; SANTOS; MOTTA; GONÇALVES, 2010).

Um dos principais problemas da alimentação familiar no período colonial, além da incorporação de novos hábitos alimentares, era a falta de diversificação. Havia uma monotonia alimentar, de forma que em toda a parte do país a mesa dos brasileiros era praticamente a mesma, com diferenciações regionais de frutas e verduras, e mesmo assim escassas (FREYRE, 2003). Este fato só confirma ainda mais a ideia de que a preocupação com a qualidade da alimentação não era primordial, o que mais importava era garantir a sobrevivência.

Entretanto, ao analisar a forma com que foi construído o regime econômico brasileiro, é possível entender porque dificilmente as famílias possuíam uma alimentação adequada. O modelo de agricultura que dominava grande parte do Brasil colonial tinha como base a monocultura latifundiária e escravocrata. Este trouxe muita privação à família brasileira em relação ao suprimento equilibrado e constante de alimentação sadia e fresca (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001; FREYRE, 2003). A monocultura da cana-de-açúcar, por exemplo, logo dominou grandes extensões territoriais, sendo hegemônica em muitas regiões do país inclusive na zona da mata pernambucana, fazendo com que houvesse falta de alimentos como frutas, verduras, leite e carnes (CAMPOS; RAPOSO; MAIA, 2007). Este modelo de agricultura também não incentiva a dedicação das famílias à agricultura familiar, em que os agricultores familiares dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (BRASIL, 2006).

A falta de diversidade era tão grande que mesmo as famílias ricas não dispunham do suprimento regular e constante de alimentos frescos e o escravo africano ainda era um dos mais bem alimentados (pelo menos quantitativamente), pois tinham que ingerir comidas fortes, como milho, toucinho e feijão, para dar conta do duro trabalho que lhes era exigido (FREYRE, 2003). Até os dias atuais, o brasileiro não valoriza tanto o consumo de frutas, verduras, leite e seus derivados e esse costume que parece ter sua origem no período colonial continua sendo propagado para as novas gerações (CASCUDO, 2011).

Os hábitos alimentares da sociedade colonial podem ser observados sob três enfoques. O primeiro é o etnocultural, por meio da mistura das três raças que constituiu a autêntica cozinha brasileira. O segundo é o econômico-social, cujo padrão de consumo e hábitos alimentares, em especial da zona da mata açucareira, foi resultado de um sistema econômico baseado na monocultura latifundiária escravocrata. E o terceiro é o geográfico, em que condições físico-geográficas (solo, clima e pluviosidade) contribuíram para a formação de hábitos alimentares da sociedade colonial brasileira (VASCONCELOS, 2001). Seja qual for o enfoque, o que se tem em comum é que a alimentação era precária, principalmente no aspecto qualitativo.

No século XVII relatos da chegada dos holandeses também retratam a dificuldade de se obter alimentos frescos. Na Paraíba, eles constataram que as famílias ricas e os remediados consumiam pão de trigo, ao passo que a farinha de mandioca era o pão dos pobres. Em Recife, nos anos de 1630 e 1632, o exército holandês viveu quase que exclusivamente dos gêneros europeus salgados, secos e defumados. Esta situação dá indícios de que o uso do sal é um costume trazido pelo europeu, já que o índio não tinha este hábito. Alimentos como os feijões ainda não integravam a lista de alimentos indispensáveis (REINHARDT, 2000; PAPAVERO, 2010; CASCUDO, 2011). Estes, por sua vez, merecem destaque na abordagem histórica, pois juntamente com o arroz compõe a base da alimentação de grande parte das famílias brasileiras.

Antes do “descobrimento” algumas espécies de feijões americanos já eram conhecidas pelos indígenas, mas os portugueses trouxeram novas variedades que com o tempo adquiriram a importância que possuem hoje na alimentação da família brasileira. Num primeiro momento o feijão foi acompanhado por farinhas, em especial a mandioca, mas foi a partir do século XVIII, quando a produção do arroz se consolidou que a farinha é deslocada, mas ainda não se ausenta, estando presente como segundo elemento no binômio, ou permanecendo como terceiro elemento junto com o arroz, para dar ligadura. A introdução do cultivo do arroz deu-se no início, no norte do país, no Pará e em Pernambuco, mas principalmente no Maranhão. Em seguida, o arroz foi disseminado para o restante do país até o Rio Grande do Sul. Por volta de 1808, D. João IV incluiu o arroz na alimentação dos soldados, motivo que pode ter contribuído para que no século XX este alimento já estivesse presente no cotidiano das famílias brasileiras, seja no prato “sertanejo” o baião-de-dois, ou no “tipicamente gaúcho” o arroz carreteiro (MACIEL, 2004). Entretanto, práticas alimentares decorrentes da modernização da sociedade têm feito com que alimentos tradicionais como o arroz e feijão

tenham reduzido seu consumo nos últimos anos. Daí se percebe a necessidade de incentivar o consumo de alimentos típicos de nossa cultura, uma vez que estes contribuem para uma alimentação saudável.

Algumas preparações culinárias dos brasileiros foram misturadas de tal maneira que se torna difícil saber a sua verdadeira origem. Este é o caso de um dos pratos mais comuns no Brasil: a feijoada. A típica feijoada é comumente tida como originada das senzalas. Entretanto, há também outra visão que afirma que hábitos semelhantes já existiam em Portugal, inclusive afirmando que as partes elencadas como “menos nobres” do porco não eram cedidas aos escravos por também serem consumidas pelos portugueses. Outros preferem ainda atribuir a origem do prato como sendo brasileira, mas precisamente da zona urbana do Rio de Janeiro. Enfim, estas disputas também podem estar associadas há uma questão simbólica, trazendo a questão das relações de classe e raça existentes no Brasil (MACIEL, 2004). Por isso, seja qual for à origem verdadeira da feijoada, o que se evidencia é uma diversidade cultural atuando na elaboração deste prato que representa muito bem a cozinha brasileira.

O período colonial até o império foi caracterizado por uma grande escassez de alimentos, refletindo na qualidade da alimentação familiar. No século XIX a monocultura latifundiária ainda permanecia, mas o produto de destaque era o café, o “ouro negro”. Logo as plantações se espalharam pelo interior de São Paulo e Rio de Janeiro, de forma que houve um grande deslocamento de mão de obra para o cultivo desta lavoura. Nesta época tudo concorria para o crescimento deste mercado, pois países como Estados Unidos e outros países da Europa aumentaram o consumo do café, favorecendo a exportação deste produto (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001; TORELLI, 2004). Outros cultivos como algodão, açúcar e cacau estavam em queda, o que fez com que muitos fazendeiros almejassem nos altos lucros do café uma grande oportunidade de investimento, ampliando seus cafezais. Por isso, na segunda metade do século XIX, o café já era o principal produto de exportação brasileiro, sendo também bastante apreciado no mercado interno (TORELLI, 2004).

Uma prática comum na história do Brasil é a valorização da monocultura em detrimento de produtos diversificados. Esta tendência sempre trouxe problemas à realização de uma alimentação familiar de qualidade, favorecendo a manutenção das iniquidades sociais e agravando o quadro de insegurança alimentar e nutricional do país (FREYRE, 2003). Durante o monopólio do café este fato pode ser observado visto que o poder político e econômico se

concentrou na região Sudeste, proporcionando maior desenvolvimento industrial e urbano desta região em detrimento das demais (TORELLI, 2004).

Ainda em relação às influências de diferentes etnias na alimentação da família brasileira deve ser destacado que além dos portugueses, negros e indígenas, houve contribuições de povos de outros países. As mais expressivas ocorreram nas primeiras décadas do século XIX, quando os imigrantes, principalmente europeus, vieram em busca de oportunidades de emprego. No Brasil contribuíram não apenas com sua mão de obra, mas trouxeram grande diversidade cultural, foram eles: italianos, alemães, japoneses, espanhóis, árabes, suíços e outros (SONATI; VILARTA; SILVA, 2009). As influências de diversos povos que estiveram presentes ao longo da história contribuíram na formação dos hábitos alimentares nas diferentes regiões do Brasil.

A maioria dos imigrantes chegou ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café. Entretanto, concentrar a força produtiva em um item de consumo apenas é muito perigoso, pois quando este tem seus preços em baixa, a crise é generalizada. Foi exatamente isto que aconteceu no Brasil quando o café sofreu desvalorização. A dependência das exportações do café gerou uma crise na economia brasileira e falta de alimentos de primeira necessidade para as famílias, principalmente devido ao crescimento da população urbana (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001; TORELLI, 2004; SONATI; VILARTA; SILVA, 2009).

A cessação do tráfico negreiro agravou o problema da oferta de alimentos, pois faltavam braços para cultivar a terra, enquanto que a população urbana aumentava, necessitando de mais alimentos. No início do século XX, houve uma escassez de alimentos, causando uma elevação no preço destes. Como já não bastasse a falta de alimento para os brasileiros, outra situação veio agravar esta escassez: o crescente envio de alimentos brasileiros para abastecer as nações europeias em guerra. (FRITSCH, 1990; BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001). Ainda hoje é possível observar expressiva exportação de alimentos, selecionando inclusive o que há de melhor, devido à exigência do mercado externo. No entanto, seja qual for à causa da escassez de alimentos é primordial pensar estratégias que garantam a soberania alimentar do Brasil. Não é admissível um país com dimensão continental e terrenos férteis ter milhares de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Durante o século XX emergem os primeiros instrumentos de uma política social colocando em discussão a fome. Nesta época as precárias condições da classe trabalhadora indicavam um consumo alimentar inadequado. O primeiro mapa da fome do país foi traçado

por Josué de Castro, analisando seus determinantes e apontando caminhos à sua superação. A partir daí a temática da questão nutricional passou a fazer parte da agenda do Estado Populista Brasileiro, no período dirigido por Vargas (VASCONCELOS, 2005). A fome começou a receber atenção especial dos governantes não apenas considerando as questões de produção, consumo e distribuição, mas também as questões referentes a um país que queria se libertar do subdesenvolvimento e entrar na modernidade (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

O mapa da fome no país revelou que: 1) a dieta era exclusivamente formada de farinha com feijão, charque, café e açúcar, mostrando a monotonia alimentar e a falta de diversidade de alimentos; 2) o consumo de leite e frutas não estava presente na dieta de mais de 80% da população; 3) o consumo calórico estava muito abaixo das necessidades nutricionais; 4) o consumo de carboidratos era proporcionalmente excessivo em relação às proteínas; 5) baixo consumo de lipídeos e consequentemente de vitaminas lipossolúveis e 6) consumo de minerais, em especial cálcio e ferro, e vitaminas hidrossolúveis também estava muito abaixo das recomendações nutricionais (VASCONCELOS, 2001). Este cenário aponta para dois aspectos da fome: o quantitativo (escassez de alimentos) e o qualitativo (baixa qualidade na alimentação). Entretanto, em se tratando de alimentação é necessário extrapolar a dimensão biológica e considerar as subjetividades dos indivíduos em situação de privação alimentar.

Inicialmente, na época colonial, a alimentação era priorizada em seu aspecto quantitativo para fornecer força de trabalho, sem a preocupação com a qualidade. Uma evolução das práticas alimentares foi percebida a partir do século XX com o advento da ciência da nutrição, observando-se a consideração do aspecto qualitativo associado à quantidade da alimentação, bem como aos fatores socioeconômicos e culturais. Nesta época, duas vertentes de estudos se sobressaíram, uma relacionada à alimentação enquanto problema social e a outra, alimentação no campo biológico (VASCONCELOS, 2001). Considerando que a alimentação precisa estar equilibrada quantitativa e qualitativamente seria equivocado afirmar que a população colonial era bem alimentada, pois consumir maiores quantidades de alimentos não significava ter uma alimentação saudável em seu caráter nutricional.

Com a priorização da produção agrícola e modernização da agricultura brasileira, a disponibilidade de alimentos deixou de ser uma preocupação. Entretanto, o preço dos alimentos continuava elevado e as famílias em geral não tinham acesso à alimentação adequada, fazendo com que situações de insegurança alimentar e nutricional ainda estivessem presentes (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001). Neste momento surgem tentativas de

incorporação de técnicas de planejamento nutricional ao planejamento econômico, conduzidas sob a direção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) no período da ditadura militar. Inicialmente, houve um crescimento econômico, mas as massas trabalhadoras permaneciam em condições de vida precárias e eram excluídas deste processo (VASCONCELOS, 2005).

O final do século XX e início do século XXI foram caracterizados por tentativas de democratização e modernização da sociedade brasileira e de buscas de alternativas para superação dos seus graves dilemas sociais. Voltaram as velhas palavras de ordem como justiça social, liberdade política e resgate da dívida social. As palavras “fome” e “desemprego”, que estiveram ausentes no discurso do planejamento autoritário da ditadura militar, passavam a fazer parte do novo discurso, somado a outros como: igualdade de direitos, universalização, cidadania, opção pelos mais pobres, erradicação da pobreza e prioridade do social sobre o econômico (VASCONCELOS, 2005).

No século XXI alimentos como arroz, feijão e farinha de mandioca, que foram, desde o século XVIII, a base do cardápio familiar brasileiro, perdem cada vez mais espaço para os produtos industrializados e com maior valor agregado (SANTOS, 2005). Este fato contribui para que a insegurança alimentar e nutricional continue sendo uma realidade em milhares de famílias brasileiras. A manutenção dos problemas alimentares ao longo dos séculos no Brasil confirma a ideia de que as causas vão além de questões de disponibilidade e acesso. É possível observar que mesmo quando há quantidades adequadas, geralmente ainda há inadequação em sua qualidade. Na tentativa de compreender esta complexidade faz-se necessário mergulhar nos aspectos socioculturais que envolvem a alimentação.

1.3 A influência sociocultural nas práticas alimentares

A alimentação sob o aspecto sociocultural pode ser pensada como um “sistema simbólico” no qual estão presentes códigos sociais que permeiam as relações do homem entre si e com a natureza (MACIEL, 2004). Para Cascudo (2011, pág. 36) “De todos os atos naturais, o alimentar-se foi o único que o homem cercou de ceremonial e transformou lentamente em expressão de sociabilidade, ritual política, aparato de alta etiqueta”. Ao se estudar as práticas alimentares devem ser consideradas as questões subjetivas, como percepções sobre os valores, crenças, tabus, normas, sentimentos e significados que envolvem a alimentação.

Cada sociedade articula elementos advindos de várias fontes para organizar regras dietéticas que constituirão indicadores culturais e refletirão na alimentação (ROMANELLI, 2006). Dentre as práticas alimentares que sofrem influência cultural pode se destacar a distribuição intrafamiliar de alimentos. Esta segue normas que incluem suposições sobre quantidade, tipo e qualidade de alimentos que são dadas a homens, mulheres e crianças (WHEELER, 1991; LUO et al., 2001; VIJAYARAGHAVAN; PRAKASAM; LAXMAIAH, 2002). As práticas alimentares foram construídas ao longo da história da humanidade e a perpetuação destas acontece através das gerações, desde a infância, de modo que ficam arraigadas e se tornam comuns aos indivíduos que a compartilham. Desta forma, o entendimento da cultura alimentar de um povo ocorre também mediante ao estudo de sua história.

Os aspectos socioculturais que envolvem a alimentação e são praticados hoje foram adquiridos ao longo dos séculos, e por isso, mudá-los é algo tão difícil (CASCUDO, 2011). Comer envolve tradição e reflete uma identidade cultural. Desta forma o que se come, como se come e quando se come são questões construídas socioculturalmente (POSSAMAI, 2011). Neste sentido, é possível observar que cada sociedade tem uma predileção por alguns alimentos em detrimento de outros (comidas típicas), de forma que enquanto uns são bastante apreciados em um grupo social podem ser totalmente rejeitados por outros grupos (CASCUDO, 2011). Por isso, mesmo que alguns alimentos sejam bons em seu caráter nutricional, se não forem aceitos culturalmente serão facilmente renegados para o consumo.

O modo de se alimentar se relaciona com a construção da identidade social do indivíduo. Este é um fato tão presente no dia a dia que é possível distinguir alguns grupos apenas pelo modo com que se alimentam. Comer marca fronteiras de identidade entre grupos humanos de culturas diferentes, mas também no interior de mesma cultura, entre os membros que a constituem. As motivações para isso são diversas: preferências pessoais, necessidades biológicas, simbolismos, rituais, crenças, religião, desejos e outras (POULAIN; PROENÇA, 2003). As religiões monoteístas sempre se preocuparam em estabelecer tabus alimentares delimitando o que os fiéis podem ou não comer. As proibições, neste caso, não estão relacionadas às questões biológicas do alimento, mas objetivam defender determinado grupo social, fixando suas identidades em contraponto às identidades de participantes de outros grupos religiosos (ROMANELLI, 2006). A ideia de ser convidado a partilhar o alimento com determinados grupos pode se configurar no significado de pertencer aquele grupo ou pelo menos numa oportunidade de vir a pertencer, relacionando-se dessa forma à integração social.

Assim, a alimentação e a cozinha são elementos capitais do sentimento coletivo de pertencimento (PILLA, 2005). Ainda há outro agente que também se relaciona com a identidade social: o paladar (CASCUDO, 2011). Logo, se a alimentação é necessária à sobrevivência e é construída socioculturalmente, ela também é formada mediante a apreciação ao sabor do alimento.

A familiaridade aumenta a aceitabilidade, entretanto isto não é suficiente para explicar uma questão tão complexa como alimentação e o gosto (PILLA, 2005). Existem algumas categorias culinárias da cultura popular que são úteis para o entendimento dos sistemas culinários. O “paladar” seria determinado por padrões, regras e proibições culturais, além de ser elemento poderoso e permanente na delimitação das preferências alimentares humanas, estando enraizado em normas culturais. Por isso, não poderia ser facilmente modificado por políticas públicas fundadas no argumento médico de que determinados alimentos ofereceriam maior valor nutritivo. A fome em si poderia ser satisfeita por qualquer alimento, no entanto, o paladar estaria associado a modalidades distintas de comidas e bebidas. Ele estaria relacionado a formas específicas e particulares de preparação, apresentação e consumo, situando-se no centro das identidades individuais e coletivas (GONÇALVES, 2004).

Ao analisar as diferentes modalidades de consumo, se percebe que o que nos distancia de alimentos nativos de povos longínquos é unicamente a nossa cultura, o conceito secular sobre as nossas iguarias e que as consagram como indispensáveis e básicas. Por isso, costumes alheios são sempre considerados estranhos e os nossos costumes peculiares e aceitáveis. As diferenças socioculturais fazem com que cada sociedade atribua significados peculiares aos alimentos, elencando aqueles que são bons ou não para o consumo. Alimentos tidos como ruins por determinado grupo social, mesmo que sejam ricos em nutrientes e minerais, não farão parte do cardápio familiar (CASCUDO, 2011). Este costume influencia as práticas alimentares dos indivíduos e da família, pois para que os alimentos sejam consumidos é necessário que sejam previamente apreciados e adquiridos. Além disto, afetam a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que não serão adquiridos para consumo, ainda que esses alimentos (socialmente renegados) estejam disponíveis e acessíveis.

Em se tratando de alimentação é necessário considerar ainda que ela desenha os contornos de grupos sociais e reflete a hierarquização social (POULAIN; PROENÇA, 2003). A comida é uma categoria mediante a qual os pobres pensam sua relação com os “ricos” que não enfrentam necessidades alimentares e com os muito pobres, que vivem na miséria. Deste

modo, ela estabelece fronteiras entre a identidade de pobres, dos ricos e dos muito pobres. Para a população mais pobre, a lógica principal de escolha dos alimentos não seria baseada no valor nutricional dos alimentos, mas no fato destes proporcionarem uma sensação de saciedade. Por isso, haveria uma tendência destes indivíduos à priorização daqueles alimentos que demoram a digerir, que deixam a “barriga cheia”, a exemplo dos gordurosos e aqueles ricos em carboidratos (ROMANELLI, 2006). Alimentos vegetais são, para o povo brasileiro (independente da condição econômica), complementares e apenas essenciais como responsáveis pela formação do bolo digestivo, não sendo priorizados na alimentação. Entretanto, alguns alimentos básicos como feijão, farinha, molho de pimenta, peixes e carnes que eram consumidos desde os antepassados permanecem como hábitos atuais, até nas mesas de famílias ricas brasileiras (CASCUDO, 2011). Esta situação deve ser destacada, pois somado ao baixo consumo de alimentos reguladores (presente em grande parte nas frutas e verduras) pelos brasileiros, há uma tendência ao decréscimo no consumo de alimentos tradicionais em detrimento de alimentos processados, agravando as carências nutricionais.

A alimentação também atribui *status* social aos indivíduos que a consomem. As mudanças na sociedade atual faz com que seja habitual a comida rápida, promovendo uma perda da personalidade do paladar, estimulados por propagandas que priorizam apenas fatores puramente materiais e desprezam outros componentes da alimentação (CASCUDO, 2011). A apreciação por determinados alimentos nem sempre é uma questão racional. Gostar de pratos porque são “*chics*” ou porque pessoas de *status* costumam servi-lo, é influencia do imaginário que é atribuído aquele alimento (PILLA, 2005). No Brasil, estudo já demonstrou que, em função do *fast-food*, um novo padrão alimentar está se delineando, com prejuízos dos produtos da dieta tradicional do povo (SANTOS, 2005). Na família pobre é comum oferecer aos filhos alimentos pouco nutritivos (ricos em gorduras, carboidratos simples e açúcar), mas que possuem um *status* para a sociedade. Este é um meio destas pessoas mostrarem para si mesma e para seus iguais que elas podem consumir o que é simbolicamente positivo, mesmo não sendo adequado na questão nutricional. Isto não quer dizer que não há conhecimento deles em relação à alimentação adequada, mas que naquele momento o que é tido como socialmente significante é mais importante (ROMANELLI, 2006). Numa sociedade que é bastante influenciada pelo mercado de consumo, a qualidade da alimentação também sofre ameaça dos padrões alimentares vigentes. Estes fazem com que a escolha dos alimentos ocorra mediante a representação social destes.

A família é fundamental na construção de hábitos alimentares saudáveis, principalmente na infância, pois há uma alta taxa de insucesso quando as modificações de hábitos alimentares são realizadas na fase adulta (ROSSI; MOREIRA; RAUEN, 2008). Os hábitos alimentares podem até mudar inteiramente quando crescemos, mas o aprendizado alimentar e algumas das formas sociais apreendidas por meio dele permanecem em nossa consciência (MINTZ, 2001).

Dentre as inúmeras regras que são construídas durante as etapas de aquisição, preparo ou consumo de alimentos na família, muitas delas se relacionam com questões de gênero (CASCUDO, 2011). Por isso, é necessário também entender as condições de produção das relações de gênero, de hierarquia e poder que permeiam as práticas de produção e consumo de alimentos na família (KRONE; MENASHE, 2012).

Em se tratando de questões de gênero, é necessário considerar que no domicílio há diferentes atribuições para homem e mulher. De um lado o homem tem a responsabilidade de provedor financeiro e de outro a mulher responde pelas tarefas domésticas de cuidar da casa e dos filhos. Esta divisão de tarefas faz com que homens e mulheres assumam papéis desiguais na família. O mercado de trabalho, também chamado de esfera pública, é designado historicamente ao homem, enquanto que a missão e responsabilidade do trabalho reprodutivo, considerada esfera privada, foram delegadas à mulher (COLLING, 2004; SANTANA, 2010). Estas práticas têm suas origens nas relações hierárquicas e patriarcalistas que reforçam a dominação do homem sobre a mulher. Por isso, é possível afirmar que as atribuições de cada sexo foram construídas socialmente nas relações familiares e são repassadas culturalmente através das gerações (SANTANA, 2010).

É possível perceber que desde o início da vida humana, a alimentação está associada ao afeto e proteção e o seu preparo fortemente ligado ao sexo feminino. Na divisão de tarefas, geralmente cabe à mulher preparar as refeições, atividade esta que por ser uma atribuição doméstica, é muitas vezes considerada menos digna do que o trabalho masculino (FISHER; ALBUQUERQUE, 2002). O homem, por sua vez, representa a força de trabalho e é quem deve prover sua família (WOORTMANN, 1986). Mesmo a sociedade atual trazendo a figura masculina no preparo dos alimentos, esta, em geral, fica limitada a situações esporádicas ou colocada como *hobby*, principalmente entre as celebridades, mas não são atividades delegadas aos homens comuns (ROMANELLI, 2006).

Na sociedade contemporânea a mulher tem ocupado seu espaço no mundo do trabalho e este fato tem gerado mudanças marcantes na estrutura e nas relações familiares, no entanto o

preparo das refeições e definição do cardápio está ainda em grande parte sob sua responsabilidade (FONSECA et al., 2011). Ao observar as práticas alimentares no ambiente rural, é necessário considerar que o papel da mulher é ainda mais relevante (FISHER; ALBUQUERQUE, 2002). Neste contexto, além do preparo e definição do cardápio, ela também tem o papel de articuladora daquilo que será submetido ao consumo alimentar, determinando os alimentos a serem ingeridos pela família (OLIVEIRA; VELA, 2008). Considerando sua quantidade e distribuição entre os membros da família, é importante destacar ainda que a mulher também sofre influência matrilinear de mães, tias e avós que refletirão nas escolhas alimentares para sua família (JOHNSON et al., 2010).

A mulher, em geral, é responsável pela administração cotidiana do alimento, calculando a quantidade de gêneros alimentícios que deve ser preparada diariamente na unidade familiar e muitas vezes delimitando o alimento de cada membro durante a refeição, principalmente durante os períodos de escassez. Cabe a ela distribuir “pratos feitos” entre os familiares, numa tentativa de que todos sejam contemplados equitativamente (FISHER; ALBUQUERQUE, 2002). Desta forma, nota-se uma íntima relação entre as mulheres, a produção de alimentos e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (KRONE; MENASHE, 2012).

Situações econômicas e socioculturais impedem a aquisição dos alimentos em quantidade e qualidade, e quando há escassez, a distribuição intrafamiliar destes fica prejudicada. Nesta ocasião os indivíduos e mais ainda a mulher não ingerem a quantidade necessária, mas o que é possível (FISHER; ALBUQUERQUE, 2002). Iniquidades na distribuição intrafamiliar de alimentos se relacionam principalmente a questões de gênero e hierarquia, em que há priorização dos homens em detrimento de mulheres, e também das crianças (CARLONI, 1981; WOORTMANN, 1985; WHEELER, 1991; LUO et al., 2001; FISHER; ALBUQUERQUE, 2002; OLIVEIRA; VELA, 2008; NDIKU et al., 2011). Quando a falta de alimentos atinge as crianças já se tem um grau de insegurança alimentar grave (SEGALL-CORRÊA, 2007), pois diante da falta de alimentos a mulher prioriza os filhos, sendo a mais prejudicada.

Em populações de baixa renda é comum a conduta feminina de reservar a melhor parte do que preparam para os maridos, em especial, quando estes levam a refeição para o trabalho. Seria quase uma necessidade dele de levar um alimento melhor, no intuito de mostrar aos colegas que a família não vive em situação precária (ROMANELLI, 2006). Além disso, para o trabalhador que tem que levar suas refeições de casa, também não pode haver falta da carne,

pois isso significaria fracasso em seu trabalho e como chefe de casa. Dentre os alimentos tradicionais, a carne constitui um critério para designar o estabelecimento do nível de vida de uma população. Os que não comem carne, se não for por questões de saúde, pessoais ou religiosas, é porque são de baixa renda, pois a carne possui elevado custo em comparação com outros alimentos, mas mesmo assim dificilmente abrem mão da carne, por ela significar o *status social* e força (REINHARDT, 2000). Outro motivo que pode ser responsável pelo fato do homem receber maiores e melhores quantidades de alimentos está no fato deste ser, quase sempre, o responsável exclusivo pelo sustento da família. Nesta lógica, se ele não está bem alimentado, não terá condições para trabalhar e consequentemente faltará alimento para toda família. As mulheres, crianças, idosos e adultos não produtivos, por não contribuírem para o sustento, consumiriam o que sobrasse (WHEELER, 1991). Então, a tendência de priorização do homem na alimentação além de ser uma questão sociocultural, é também fruto da necessidade de sobrevivência da espécie humana.

As situações de iniquidades na distribuição intrafamiliar de alimentos podem ser visualizadas no Brasil e no mundo. As causas para estas, no entanto, são diversas. Preferências relacionadas com questões de gênero (com maior proporção e melhor qualidade de ingestão de nutrientes para os homens), diferenças na distribuição intrafamiliar de alimentos entre faixas etárias (com favorecimento de adultos), diferenças na adequação calórica de homens, mulheres e crianças (com melhor adequação para os homens) e priorização dos indivíduos que mantém economicamente a família são algumas situações comuns que exemplificam essas diferenças (CARLONI, 1981; NELSON, 1986; CHAUDHURY, 1988; LUO et al., 2001; FISHER; ALBUQUERQUE, 2002; RATHNAYAKE; WEERAHEWA, 2002; NDIKU et al., 2011).

Independente de quais sejam os motivos, o fato é que em muitos grupos sociais, mulheres e crianças são desfavorecidas durante a distribuição intrafamiliar de alimentos, ficando mais vulneráveis a problemas de saúde e nutrição (CARLONI, 1981; LUO et al., 2001; VIJAYARAGHAVAN; PRAKASAM; LAXMAIAH, 2002; NDIKU et al., 2011). As implicações destes problemas, entretanto, ultrapassam os aspectos biológicos e expressam situações subjetivas dos indivíduos moldadas pelos aspectos socioculturais.

Além das influências socioculturais na alimentação é preciso destacar que não é a sua suposta falta de conhecimento dos menos favorecidos que impede o consumo de uma alimentação adequada. (ROMANELLI, 2006). Também não é suficiente um acréscimo na

disponibilidade intrafamiliar de alimentos entre a população pobre sem promover uma equidade nesta distribuição dentro do domicílio (CARLONI, 1981). Não basta ter conhecimento sobre alimentação se este não estiver associado a uma prática cotidiana de distribuição intrafamiliar de alimentos que atenda as necessidades de cada membro, nem tampouco é possível promover práticas saudáveis quando não há condições de acesso e disponibilidade adequadas.

Diante de todas as situações apresentadas, fica evidente a importância do ambiente familiar na construção dos hábitos alimentares. Por isso, a orientação educacional, a transmissão de informação nutricional e a mudança de crenças relativas à alimentação devem ser direcionadas à família (ROSSI; MOREIRA; RAUEN, 2008). Pelo fato de a mulher está na porta de entrada do processo de alimentação e definir o que vai à mesa, é nela que devem focar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional do grupo familiar (OLIVEIRA; VELA, 2008).

1.4 Confluências da Segurança Alimentar e Nutricional com os aspectos históricos e socioculturais na Zona da Mata de Pernambuco

Na região Nordeste, em especial na Zona da Mata, uma das principais atividades econômicas ainda é a monocultura da cana-de-açúcar. Em Pernambuco ela tem sua origem desde a época colonial, se destacando desde o século XVI. Uma das características desta agricultura é que ela foi estruturada no sistema *plantation*, baseada no uso intensivo de mão de obra escrava, monocultura, atingindo grandes extensões de terra e produção voltada para a exportação ao mercado mundial (CAMPOS; RAPOSO; MAIA, 2007). Esse modelo dificulta a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e traz diversos problemas para as famílias que ali habitam. Acumulação de riquezas, baixa diversidade produtiva, exploração da mão-de-obra e estruturas de construção e valorização da terra são apenas algumas das causas de iniquidades sociais. Na Zona da Mata Pernambucana são encontradas as maiores taxas estaduais de urbanização, densidade demográfica e concentração de serviços, entretanto, as cidades que ainda tem significativa parcela de sua economia baseada na monocultura da cana-de-açúcar são rodeadas de população miserável vivendo em condições subumanas, com muitos problemas de nutrição e elevadas incidência de doenças (CAVALCANTI et al, 2002).

Uma crise que se prolonga há bastante tempo na Zona da Mata Pernambucana envolve atividades sucroalcooleiras e estão diretamente relacionadas com a prática da monocultura. Falta uma dinâmica econômica suficiente, em outros segmentos da economia, para

contrabalancear os percalços desta atividade. Restrições de ordem natural decorrentes da degradação de solos e condições de relevo dificultam a elevação da produtividade da cana-de-açúcar via mecanização, fato que aponta para a urgência em se buscar novas opções produtivas que ofereçam oportunidades competitivas com a atividade tradicional (CAVALCANTI et al, 2002). A condição socioeconômica não é determinante para indicar que uma família se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional e que esta venha afetar a distribuição intrafamiliar de alimentos. No entanto, o acesso aos alimentos é mais difícil quando não se tem dinheiro para comprá-lo.

O trabalho do corte de cana, ainda comum na Zona da Mata Pernambucana, é realizado quase que exclusivamente por homens, devido ao seu vigor físico e maior produtividade. Estes diariamente enfrentam altas jornadas de trabalho intenso, tendo esta atividade como sua única fonte de renda. A maioria deles nunca conseguiu outro trabalho assalariado e poucos realizam alguma atividade secundária para complementar a renda (CAMPOS; RAPOSO; MAIA, 2007). Uma característica da economia local reside na sazonalidade do emprego rural na atividade econômica predominante, que é a lavoura de cana-de-açúcar, com liberação de mão de obra na entressafra. No período chuvoso, quando cessa a produção açucareira, apenas uma pequena fração dos trabalhadores permanece realizando tratos culturais, que estão sendo substituídos por processos mecanizados (plantio e adubação) ou por processos químicos. Os trabalhadores de cana-de-açúcar convivem com uma estrutura econômica de insuficiente dinamismo e reduzida diversidade produtiva. Isto demanda especial intervenção do setor público para orientar as ações privadas necessárias para ampliar o perfil produtivo, diversificar a economia, aumentar o crescimento econômico e criar as condições para a sua consecução. Além disso, o setor público deve intervir diretamente em termos de provimento das necessidades sociais básicas e criar capital necessário ao processo de desenvolvimento sustentável da região (CAVALCANTI et al, 2002).

Na Zona da Mata Pernambucana, situações diversas (educação, renda, cultura) associadas à monocultura da cana-de-açúcar tem dificultado a realização do DHAA. Para superar esta situação algumas famílias, principalmente durante a entressafra, se utilizam de estratégias: outra fonte de renda (pesca), programas governamentais, ajuda financeira de parentes e amigos e aposentadoria (CAMPOS; RAPOSO; MAIA, 2007). A participação em programas de ajuda alimentar é citada como uma das principais estratégias para enfrentar situações de restrição no acesso de alimentos (VARGAS; PENNY, 2009). Entretanto, o fato de a família receber cestas de alimentos e estar inserida em programas de distribuição de renda, não

garante a Segurança Alimentar e Nutricional, principalmente quando se trata do consumo adequado de micronutrientes (FÁVARO et al., 2007) e de equidade na distribuição intrafamiliar de alimentos. Programas de merenda escolar também podem não ser suficientes para manter as necessidades nutricionais das crianças (SHARKEY et al., 2012).

O estudo da Segurança Alimentar e Nutricional deve considerar que cada sociedade possui peculiaridades construídas através de influências históricas e socioculturais que refletem nas práticas alimentares, a exemplo da distribuição intrafamiliar de alimentos. Também já se sabe que questões culturais exercem influência nas práticas alimentares, sendo fundamental compreendê-las. Por isso, quando se tenta compreender as práticas relacionadas com alimentação é importante buscar as percepções da mulher, visando construir estratégias de garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do DHAA mais eficientes e eficazes.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

2.1 Delineamento da Pesquisa

O estudo foi do tipo descritivo e exploratório, conduzido pela abordagem qualitativa. Esta abordagem foi escolhida pelo fato de ser o método mais adequado para responder ao objetivo da pesquisa. Neste tipo de metodologia, o pesquisador busca o significado das coisas, que são partilhados culturalmente e desta forma organizam um grupo social em torno de representações e simbolismos (MINAYO, 2010). Outra característica é que o sujeito é o campo onde ocorrerá a observação e o pesquisador é o próprio instrumento de pesquisa, usando diretamente seus órgãos do sentido para apreender os objetos em estudo (TURATO, 2005).

O estudo descritivo pretende desvelar os fatos e fenômenos da realidade e estabelecer relações entre eles e o exploratório busca investigar um objeto pouco conhecido, identificando e descobrindo aspectos importantes do mesmo (SANTOS, 2009). Por trabalhar em nível de intensidade das relações sociais, a abordagem qualitativa só deve ser empregada para a compreensão de fenômenos que possam ser entendidos mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa (MINAYO, 1993; 2010). A escolha destes tipos de estudo deve-se aos objetivos traçados para a pesquisa, que consiste em desvelar os significados da alimentação em famílias de mulheres da zona canavieira.

2.2 Cenário do Estudo

O estudo foi desenvolvido no município de Gameleira-PE situado da Zona da Mata do Estado de Pernambuco, a partir de dados secundários da pesquisa intitulada “Viés e Discriminação na Distribuição Intrafamiliar de Alimentos: Estudo de uma População de Trabalhadores Rurais no Nordeste do Brasil.” O município de Gameleira possui um total de 27.912 habitantes (30,1% residente na zona rural e 69,9% na zona urbana), com uma extensão territorial de 255,96 km², com densidade demográfica de 109,05 hab/km² (IBGE, 2010). Neste município a cana-de-açúcar, uma lavoura temporária, é o produto que ocupa maior espaço territorial, com grande significância econômica e cujo trabalho, mesmo não sendo escravo, é mal remunerado. Em 2007, ano da pesquisa, o cultivo desta lavoura ocupava 12.000 hectares, com uma produção de 600.000 toneladas, rendimento médio de 50.000 quilogramas por hectare e um valor de produção de R\$ 22.800.000, 00. A produção da mandioca (segundo lugar em produção entre as lavouras temporárias) ocupava apenas 100 hectares, produzindo

1.666 toneladas, 16.660 quilogramas por hectare e valor de produção de R\$ 100.000,00 (IBGE, 2007). Sendo assim, devido a grande importância da lavoura da cana-de-açúcar neste município e na região da Zona da Mata, grande parte da população sobrevive de atividades ligadas a este produto, principalmente o corte.

No ano de 2010, Gameleira apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,602, valor que corresponde a um desenvolvimento médio. Este índice mostrou uma melhora considerável em relação ao Censo de 2000, cujo IDHM foi de 0,424, valor correspondente a desenvolvimento humano baixo (IBGE, 2010).

2.3 Participantes do Estudo

O estudo foi composto por 17 mulheres companheiras de homens trabalhadores de cana-de-açúcar residentes na área rural do município de Gameleira, Zona da Mata Sul de Pernambuco, eram participantes da pesquisa intitulada ‘Viés e Discriminação Intrafamiliar de Alimentos: Estudo de uma População de Trabalhadores no Nordeste do Brasil.’

As participantes foram selecionadas por meio de amostra intencional. Este tipo de amostragem busca selecionar sujeitos aptos a responder as questões do estudo, de modo a interagir com o objeto e objetivo do mesmo. O dimensionamento dos sujeitos seguiu o critério de saturação amostral, que abrange o surgimento da redundância de informações coletadas (repetição de informações) pelos participantes. A coleta das informações foi realizada por pesquisadoras treinadas que observavam as informações que surgiam e respondiam as questões do estudo. Quando estas informações começavam a se repetir chegava-se a saturação da amostra e cessava-se a coleta (MINAYO, 2010).

2.4 Coleta de Informações

A coleta de informações aconteceu de 26 de fevereiro a 15 de abril de 2007, período considerado de entressafra para o corte de cana-de-açúcar, escolhido por propiciar uma maior instabilidade financeira, retratando a situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta fase da pesquisa só foi iniciada após a conclusão da parte quantitativa do estudo.

A técnica de coleta de informações foi à entrevista individual conduzida por um roteiro semiestruturado composto de perguntas fechadas (caracterização) e questões norteadoras. As perguntas fechadas abordaram características sociodemográficas, escolaridade e questões referentes à saúde. Para a realização da entrevista havia um

pesquisador treinado, e este agendava com a mulher o melhor horário e local para realização da entrevista, sendo de preferência no domicílio e estando apenas o entrevistador e a entrevistada para que não houvesse constrangimento e interferência de outras pessoas.

As questões norteadoras foram: *O que a senhora entende por alimento? O que significa os alimentos para sua vida e da sua família? Como a senhora divide e distribui os alimentos na sua família? Como a senhora se sente quando distribui os alimentos entre os membros de sua família?*

A entrevista individual com questões norteadoras possibilita que o participante tenha liberdade e espontaneidade para contribuir com a investigação, pois se trata de um diálogo/conversação focado em um assunto. Possuem a vantagem de ser flexível e possibilitar adaptação, podendo ser ajustada ao indivíduo e as circunstâncias que se desejam estudar (MINAYO, 2008).

As entrevistas foram gravadas em MP3, transcritas na íntegra e digitadas no software Microsoft Office Word 2007 pelos entrevistadores no mesmo dia em que foram realizadas. Posteriormente, a pesquisadora responsável pela construção desta dissertação fez a revisão e validação destas.

2.5 Análise das Informações

No intuito de compreender o tema estudado foi necessário inicialmente realizar uma pesquisa bibliográfica na base de dados do PUBMED e SCIELO, dissertações, teses e livros relacionados com alimentação, hábitos alimentares, Segurança Alimentar e Nutricional, mulheres, cultura, pobreza, população rural e pesquisa qualitativa, para elaborar os constructos que nortearam a análise dos dados. A partir desta busca e considerando a complexidade do tema, identificou-se que era preciso compreender o contexto histórico, econômico e sociocultural do Brasil e em especial do local estudado, a Zona da Mata Pernambucana, para entender os hábitos alimentares das famílias desta região. Foi preciso ainda estudar os aspectos subjetivos da alimentação, que são expressos fortemente por pessoas que enfrentam situação de insegurança alimentar e nutricional, a exemplo dos sujeitos desta pesquisa. Esta fase do estudo que originou a elaboração da referencial teórico foi imprescindível para a interpretação dos dados.

A partir desse embasamento teórico, as informações foram interpretadas de acordo com a Análise do Conteúdo Temática, buscando conhecer aquilo que está por trás das palavras, a

partir dos seus significados (BARDIN, 2011). Esta, por sua vez, está ancorada em constructos que caracterizam o objeto do estudo, tais como: a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada e as influências históricas e socioculturais na formação das práticas alimentares da família brasileira.

A Análise do Conteúdo Temática seguiu as seguintes fases (BARDIN, 2011):

1^a Pré-análise: correspondeu à fase de organização do material a ser analisado. Este foi também um período de intuições, cujo objetivo foi de operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais construindo um plano de análise, além de estabelecer os primeiros contatos com os documentos através de uma leitura “flutuante” das informações coletadas.

Em seguida foi realizada a “constituição de um corpus” para cada pergunta norteadora. O “corpus” é um conjunto de documentos que são submetidos à análise (neste caso as falas das mulheres), cuja constituição se dá por meio de algumas regras. A regra da *exaustividade* considera que todos os elementos do “corpus” devem estar presentes na análise. Neste estudo correspondeu a todos os aspectos levantados em cada pergunta norteadora. A regra da *representatividade* afirma que a análise pode ser numa amostra desde que esta seja representativa. Nesta pesquisa, o grupo estudado (companheiras de trabalhadores de cana-de-açúcar) possuía um universo homogêneo, não sendo necessário entrevistar as mulheres de todas as famílias, por isso foi utilizado o critério de saturação amostral. A regra de *homogeneidade* afirma que os documentos analisados devem ser homogêneos (obedecer a critérios de escolha) e foi garantida nos critérios de coleta das entrevistas. A regra da *pertinência* é a que considera que o material deve ser adequado como fonte de informação. Este procedimento foi realizado em cada uma das entrevistas, observando os objetivos do estudo. Após a constituição do “corpus”, foi feita a definição das Unidades de Registro ou Núcleos de Sentido (palavras-chaves ou frase que respondiam a pergunta condutora), e as Unidades de Contexto (parágrafo da entrevista onde se encontrava o núcleo de sentido, sendo delimitada a compreensão do mesmo).

2^a Exploração do material: correspondeu à fase de codificação para se alcançar as categorias temáticas (os dados passaram de sua forma bruta para dados organizados). Para isto foram necessárias leituras exaustivas, que permitiram uma descrição das características pertinentes do conteúdo. No primeiro momento a codificação buscou encontrar os Núcleos de Sentido contidos nas Unidades de Contexto, agrupando-os por semelhança de significados. No segundo momento, foi feita uma confrontação da codificação anterior com os Núcleos de

Sentido e as Unidades de Contexto, no intuito de estabelecer as subcategorias. A partir de todas as subcategorias formadas foi possível identificar a importância de cada uma, observando a semelhança semântica dessas, sendo classificadas e agregadas, definindo-se as categorias temáticas. A organização do material foi realizada em colunas e o pesquisador pôde fazer anotações visando compreender as semelhanças e contrastes do tema estudado.

3^a Tratamento dos resultados obtidos e Interpretação dos depoimentos: de posse dos resultados foi possível propor inferências e realizar interpretações segundo os objetivos previstos. Esta última etapa foi o momento em que as categorias temáticas encontradas foram distribuídas, interpretadas e discutidas levando-se em consideração os constructos do referencial teórico.

As análises foram feitas no formato de grelhas, utilizando o *software* Microsoft Office Word 2007. Um exemplo está no APÊNCIDE A

2.6 Aspectos Éticos

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (Nº 341/05) com a finalidade de atender às normas regulamentares de pesquisas envolvendo seres humanos - Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (ANEXOA). Após a aprovação do referente comitê os dados foram coletados. As participantes receberam informações detalhadas sobre a finalidade e objetivos do estudo e eram questionadas se a entrevista poderia ser gravada. Caso aceitassem, assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mediante a garantia do sigilo e do anonimato (APÊNDICE B).

2.7 Limitação do estudo

A principal limitação deste estudo está no fato de se tratar de dados secundários, uma vez que os mesmos foram coletados em período anterior ao mestrado por outros pesquisadores. Assim, não foi possível para a pesquisadora responsável por este estudo interagir com as participantes e observar a realidade do local estudado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar para mulheres de trabalhadores de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil

Introdução

A alimentação adequada é um direito inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida digna nas dimensões física e mental, individual e coletiva¹ por isso o seu acesso foi incluído como direito previsto no artigo 6º da Constituição Federal². Esta conquista representou um avanço na luta pela garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, ao trazer uma visão ampliada da alimentação, extrapolando a dimensão biológica ao considerar os aspectos sociais, econômicos, culturais e psicológicos^{1,3}.

Violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) ocorrem quando as pessoas passam fome, são desnutridas, perdem a sua cultura e/ou não têm oportunidade de desenvolver hábitos alimentares saudáveis, quando lhes são negados o acesso e o usufruto a suas terras tradicionais, desempregadas ou submetidas a subemprego; situações que as expõem a insegurança alimentar e nutricional⁴.

Um dos ambientes mais importantes da alimentação é no contexto familiar. Neste local há uma prática cotidiana de distribuição dos alimentos entre os membros da família visando a sua sobrevivência. Este costume é cercado por uma série de influências históricas e socioculturais^{5,6}. A Segurança Alimentar Intrafamiliar apenas é alcançada quando todos os membros têm acesso regular, por meio socialmente aceitável, ao consumo de alimentos em quantidade suficiente e qualidade adequada^{3,7}. Caso contrário, torna-se difícil garantir a Segurança Alimentar e Nutricional dos indivíduos quando há situações no âmbito domiciliar que dificultam a realização das práticas alimentares saudáveis.

Na região Nordeste, em especial na Zona da Mata, uma das principais atividades econômicas é a monocultura da cana-de-açúcar. A falta uma dinâmica econômica suficiente para contrabalancear os entraves desta atividade que geram instabilidade financeira para as famílias da região^{8,9,10}. A condição socioeconômica não é o único determinante para indicar que uma família se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional e que esta

venha a afetar a distribuição intrafamiliar de alimentos. O acesso aos alimentos torna-se mais difícil quando não se tem dinheiro para comprá-lo^{3,11}.

No contexto familiar, a mulher tem papel fundamental na alimentação, desde sua aquisição, preparo e divisão dos alimentos entre os membros da família. A alimentação culturalmente está associada ao afeto e à proteção. Essa vinculação acontece ao longo da existência humana devido à divisão sexual do trabalho. A mulher tem mais acesso que os homens às informações acerca da alimentação e também atua como mediadora entre os universos nos quais predominam diversas regras alimentares, podendo ser agente transformador de hábitos alimentares. Em momentos de escassez de alimentos sua responsabilidade aumenta e ela vivencia sentimentos diversos frente a esta situação¹².

Diante do papel da mulher na alimentação, o objetivo deste estudo é desvelar os significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar para mulheres de trabalhadores de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil.

Caminho metodológico

O estudo foi do tipo descritivo e exploratório, conduzido pela abordagem qualitativa. Esta abordagem foi escolhida por oferecer caminhos que buscam os significados das vivências, que são partilhadas culturalmente e desta forma organizam um grupo social em torno de representações e simbolismos¹³.

O trabalho foi desenvolvido no município de Gameleira-PE, situado na Zona da Mata do Estado de Pernambuco, e utilizou os dados secundários da pesquisa intitulada “Viés e discriminação na distribuição intrafamiliar de alimentos: estudo de uma população de trabalhadores rurais no Nordeste do Brasil”, que foi composto de uma etapa quantitativa e outra qualitativa. Esta última foi objeto deste artigo.

No município de Gameleira, como em toda a Zona da Mata nordestina, a cana-de-açúcar, uma lavoura temporária, é o produto que ocupa maior espaço territorial, com significância econômica, mas cujo trabalho é mal remunerado. Outra característica desta atividade econômica é a sazonalidade, com liberação da mão de obra na entressafra, proporcionando um quadro de grande instabilidade financeira e de insegurança alimentar e nutricional^{8,11}.

A amostra foi intencional e composta por 17 mulheres companheiras de trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar. O seu dimensionamento foi realizado mediante o critério de

saturação amostral que considera como limite de coleta a repetição das falas até o ponto de não surgir novas informações^{13,14}.

A coleta de dados ocorreu entre fevereiro e abril de 2007 período de entressafra para o corte de cana-de-açúcar, por meio de entrevista individual conduzida por um roteiro semiestruturado composto de perguntas fechadas (caracterização) e questões norteadoras: *O que a senhora entende por alimento? O que significa os alimentos para sua vida e da sua família? Como a senhora divide e distribui os alimentos na sua família? Como a senhora se sente quando distribui os alimentos entre os membros de sua família?* As entrevistas foram realizadas no próprio domicílio das mulheres, gravadas digitalmente e, em seguida, transcritas na íntegra.

As informações foram submetidas à Análise do Conteúdo Temático, proposta por Bardin (2011)¹⁵, realizada por meio das seguintes fases: inicialmente, leitura flutuante de todo o texto para conhecimento das informações; em seguida fez-se a constituição do corpus, momento de organização de todo o material analisado; de posse do material, foram selecionadas as palavras ou frases que respondiam diretamente às questões norteadoras (núcleos de sentido e unidades de contexto) e agrupadas por semelhança de significados para composição de subcategorias que, por sua vez, formaram a base para a construção das categorias temáticas.

As categorias temáticas foram interpretadas à luz dos constructos teóricos: a Segurança Alimentar e Nutricional^{3,16} e o Direito Humano à Alimentação Adequada^{1,4} e as influências históricas e socioculturais na formação das práticas alimentares da família brasileira^{5,12,17,18}.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco (Nº 341/05), em respeito aos preceitos definidos na Resolução 196/96. Para garantir o anonimato, cada participante recebeu um pseudônimo.

Resultados

Atores do estudo

As mulheres do estudo, donas de casa, tinham idade entre 22 a 71 anos, predominantemente de cor parda, frequentaram escola da rede pública e com ensino

fundamental incompleto. A análise possibilitou o agrupamento dos significados da distribuição intrafamiliar de alimentos em quatro categorias temáticas:

Categoria I: O alimento como essencial à vida

A alimentação foi compreendida como fundamental para a sobrevivência, fonte de conforto e robustez física (sustância), evitando assim que o indivíduo sinta fraqueza e agonia.

“... (pensando) Eu entendo de alimento que conforta, dá sustância, então, se não for o alimento ninguém vive...” (Camila)

“... Comida, para sustentar a gente. Dar fortidão, quando a gente não come fica fraco... E sem comida morre...” (Renata)

“... se a gente não come dar agonia, mas quando a pessoa come a agonia passa...” (Solange)

Além de ser importante para sobrevivência, a alimentação foi expressa como uma condição para alcançar a saúde, crescimento e desenvolvimento do indivíduo.

“... O alimento dá saúde, quando come direito dar saúde. Se não for o alimento a gente não vive...” (Vitória)

“... O alimento é tudo de bom, para o crescimento, o desenvolvimento... Fortalece a gente...” (Fabiana)

As consequências da falta de alimentos foram mencionadas como problemas que iriam desde as carências nutricionais até a situação extrema de fome. Assim, a alimentação é uma obrigação, em virtude de ser imprescindível à vida.

“... O alimento no nosso corpo ajuda... quando a gente não come é ruim, fica com fome, desnutrido e quando a gente come é outra coisa. Aí é bom... É muito importante a alimentação, porque sem ela a gente não é nada...” (Luciana)

“... a gente tem que se alimentar, porque uma criança que não chega a se alimentar pode ficar desnutrida...” (Margarida)

“... entendendo do alimento é que a gente tem que comer para sobreviver...” (Fernanda)

O alimento foi considerado diferente em relação à qualidade e as mulheres fizeram uma distinção entre os que seriam bons e ruins à saúde. De um lado, estariam os alimentos saudáveis (fonte de nutrientes) e de outro, os não saudáveis. Para esta compreensão, destacaram regras apreendidas e necessidade de condições econômicas favoráveis.

“... o alimento, o mais saudável para mim é essas comidas... eu não gosto muito de comer besteiras não, tipo biscoitos, salgadinho... Eu sou mais feijão, arroz, macarrão e cuscuz... Essas comidas mais saudáveis tem mais vitamina, proteína, cálcio...” (Liliane)

“... de alimento, dizem os médicos que é bom comer bastante frutas, verduras e bastante água pra hidratar o corpo... se está bem alimentada é saudável. Comer na hora certa, fazer as refeições na hora certa...” (Natália)

“... Alimentação... uma faz bem e outra faz mal. O alimento é bom porque abastece a gente. O pobre não vive sem alimento...” (Patrícia)

“... todo alimento desde que a pessoa tenha condições (econômicas) é válido. Só seguir a regra, seguir a alimentação direitinho. Não comer comida oleosa.... Ovos não pode comer em quantidade...” (Silvana)

“... quando chega o inverno, aí o dinheiro é pouco mesmo. O que dá para comprar a gente compra, se não dá aí fica faltando...” (Renata)

Categoria II: Sentimentos ambíguos diante da disponibilidade de alimentos no domicílio

A disponibilidade do alimento no domicílio gerou tanto sentimentos de felicidade quanto de tristeza. Diante da escassez de alimentos foram observados sentimentos de desespero, conformismo atrelado ao divino, mas também desejo de mudança e de que o alimento nunca falte. Já a presença dos alimentos foi expressa por todas as mulheres mediante sentimentos positivos. É importante destacar ainda que em uma das falas, a falta de alimentos foi motivo de preocupação não apenas para a mulher, mas também para o companheiro (pai).

“... Quando tem o alimento na minha casa eu sinto a felicidade. Quando o tempo está mais difícil eu me sinto muito mal, muito aperreada...” (Camila)

“... Me sinto assim, Deus me deu, porque se tenho qualquer coisinha é porque Deus quer. Tenho que me conformar, boto o que tiver, eu boto e eles comem. Eu não vou brigar... Eu não vou reclamar a Deus porque não tem a comida para dar aos meninos. Tem que ficar na minha. Agradecer a Deus que tenho pouco e nos outros dias ele vai me dar mais... quando eu posso comer melhor, quando não posso é assim mesmo...” (Mariana)

“... Quando tem o alimento em casa eu fico feliz por ter, meus filhos pedindo e eu ter de onde tirar para dar a eles... quando está mais difícil, a cabeça começa a esquentar... chega o momento de pedir e eu olhar para o armário e não ter nada. Aí tanto aumenta o meu desespero como o do pai deles. Na cabeça só peço conforto a Deus, que abra algum caminho,

um trabalho, que dê pra sair algum alimento... a gente grande dá para se segurar, mas eles pequenos ... a gente fica pensando..." (Fabiana)

"... espero que nunca falte, que nunca falte o alimento para nossa casa. No tempo mais difícil a gente não acha bom sem, eu desejo que nunca falte..." (Paula)

Categoria III: A disponibilidade de alimentos e as atribuições do homem e da mulher interferindo na partilha

A quantidade de alimentos distribuída entre os membros da família variava conforme a disponibilidade no domicílio. Neste sentido, se a quantidade presente era insuficiente para todos os membros da família, a mulher economizava durante a partilha para que nenhum deles ficasse sem a comida e, se possível, ainda sobrasse para uma refeição futura.

"... eu parto certinho, cada um no seu pratinho, para dar, para durar os quinze dias... tem um fubá (pacote), eu sei aqui tem oito pessoas e um fubá não está com nada, mas se só tiver uma fubá eu vou partir para duas vezes, se der..." (Paloma)

"... Se for macarrão, se tiver cinco pessoas, eu divido um pacote de macarrão para as cinco. Se tiver seis pessoas, eu divido um pacote de macarrão para as seis. Se for um quilo de feijão, eu divido para hoje e amanhã..." (Camila)

As mulheres entendiam que a alimentação era de sua atribuição e, dessa maneira, se sentiam competentes quando realizavam as práticas alimentares. Para elas, o homem era o provedor financeiro da família e o desperdício de alimentos teria que ser evitado para que seu trabalho fosse valorizado, não desmerecendo o seu esforço.

"... E eu como a dona da casa, mãe, deveria colocar a comida dos filhos, eu devia colocar lá todos os pratos, colocar o arroz, o feijão em um canto, a carne em outro ou colocar tudo..." (Patrícia)

"... Eu sinto que o pai deles sua muito para ganhar o dinheiro para comprar comida, e se colocar aquele total e eles não comerem vai ser um desperdício, ele trabalhou em vão..." (Fabiana)

Categoria IV : Iniquidades sociais no contexto da partilha dos alimentos

Em momentos de escassez de alimentos foi possível verificar iniquidades na distribuição de alimentos. Houve uma tendência à priorização da alimentação dos filhos e do

homem em detrimento das mulheres. Este último, por trabalhar, necessitaria de maiores quantidades de alimentos.

“... Às vezes, ela (mulher) fica sem comer e dá aos filhos pra não os ver passando fome, a mãe de família faz assim... tenho prazer de encher a barriga do filho embora não tenha o que colocar na minha boca...” (Mariana)

“... Eu divido, porque é um só para oito bocas, um só para trabalhar... tem que ser pouquinho... e se não der para tudinho eu ainda dou o meu e fico sem nada...” (Ana)

“... já ele (companheiro) no caso eu coloco uma quantidade maior, porque ele trabalha pega de 6 horas da manhã até 6 horas da noite. Coitado! O mais cedo que ele chega aqui é como ele chegou ontem às 3 horas da tarde. Mas veja, se ele não levar comida suficiente ele cai de fome. E meu marido não pode sentir fome não, porque ele adoece (risos)...” (Silvana)

As mulheres distinguiam entre alimentação de pobres e ricos, ao ponto de alguns alimentos saudáveis, tais como feijão, fubá e arroz não serem considerados bons porque eram de “pobre”. Diante de sua condição, a mulher pobre pensava na falta de alimentos e comparava sua vida com a de pessoas ricas que não passavam por tal privação.

“... pra cada um eu vou botando um pouco, a gente tem que fazer assim porque a gente é pobre...” (Camila)

“... eu como feijão, farinha, fubá, é comer de pobre. Um arroz, um macarrão, um pedacinho de charque, uma mortadela, é comida que a gente come. Às vezes uma bolacha, um café, um pão... pode o pobre comer coisa boa?” (Mariana)

“... Eu fico alegre porque tem aquele pouquinho... Falta mesmo dentro de casa porque somos pobres. Aí falta, aí tem vez que se acaba assim dia de sexta-feira... porque não faltam as coisas na casa do rico, mas na casa do pobre sempre falta...” (Neusa)

Discussão

O significado de alimentação para as mulheres deste estudo era centrado na sobrevivência e nos seus benefícios para o corpo, questões relacionadas ao aspecto biológico, tais como proporcionar crescimento, desenvolvimento e saúde. Neste sentido, a compreensão das mulheres estava focada em uma das dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional, deixando por vezes de considerar as implicações sociais, econômicos, culturais e psicológicas^{1,3}.

A alimentação, sob o ponto de vista biológico, deve satisfazer às necessidades nutricionais dos indivíduos ^{1,4}. Este significado parece estar relacionado diretamente à precária condição de vida da população estudada, na qual o atendimento à necessidade alimentar como sobrevivência foi prioritário diante dos demais aspectos da alimentação, ao ponto de ter sido colocada como uma obrigação de vida. Esta tendência de priorização dos aspectos biológicos já era observada desde o período colonial do Brasil. Naquela época, a incorporação de novas práticas alimentares surgiu devido à necessidade de sobrevivência do que aos fatores socioculturais. Ao chegar no Brasil, os colonizadores portugueses foram obrigados a modificar os seus hábitos alimentares, adaptando-os às condições locais (geográficas, climáticas, fauna, flora), pois muitos alimentos europeus não eram encontrados. Sendo assim, houve a necessidade de incorporar hábitos indígenas e, posteriormente, africanos com o intuito de manter a vida ^{18,19}.

A escassez de alimentos que atingia adultos e crianças, também mencionada nas falas das mulheres, configurava-se em uma situação de extrema insegurança alimentar e nutricional, trazendo consequências à saúde do indivíduo, como carências nutricionais, e talvez a morte pela fome. Diante da essencialidade da alimentação para a vida, a não realização deste direito significa negar o que há de mais básico entre todos os direitos que é o Direito Humano à Alimentação Adequada, garantido constitucionalmente no Brasil. Quando as famílias se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, é provável que todos os demais direitos não estejam sendo garantidos ^{1,20,21}.

A importância da alimentação para a vida também pôde ser observada quando as mulheres distinguiram alimentos saudáveis de não saudáveis, mostrando a preocupação com a qualidade da alimentação para obtenção da saúde. O conhecimento delas envolveram regras que têm suas bases em fundamentos empíricos e científicos e são propagadas a toda a população através de gerações. Isto corrobora que não é a falta de conhecimento da população pobre que impede a realização de uma alimentação adequada, mas sua condição socioeconômica ¹². Houve uma tendência à priorização de alimentos que “enchem a barriga”, os quais são mais baratos e em sua maioria compostos de carboidratos simples e gorduras saturadas.

Ainda na mesma lógica, para a população pobre, a escolha dos alimentos não seria baseada no seu valor nutricional, mas no fato destes proporcionarem uma sensação de saciedade ^{12,17}. As diferenças socioculturais fazem com que cada sociedade atribua significados peculiares aos alimentos, elencando aqueles que são bons ou não para o consumo. Historicamente no Brasil, os alimentos vegetais eram entendidos como

complementares, não sendo priorizados na alimentação. Alguns alimentos básicos, por sua vez, como feijão, farinha e carnes, consumidos desde os antepassados, permaneceram na alimentação cotidiana como hábitos atuais⁵. A farinha de mandioca que era inicialmente acompanhado pelo feijão, foi substituída pelo arroz no século XVIII, formando o habitual feijão com arroz²². Atualmente, um novo padrão alimentar está se delineando no Brasil, com prejuízos dos produtos da dieta tradicional do povo. A população rural e mais pobre tende a seguir este padrão em virtude destes alimentos serem de baixo custo^{12,23}.

No local de realização da pesquisa, a Zona da Mata Pernambucana, a baixa condição socioeconômica afetou a alimentação familiar, uma vez que tornava mais difícil à aquisição de alimentos. Desde a época colonial, a região tem suas bases econômicas na monocultura da cana-de-açúcar, com falta de diversidade produtiva. Esta situação é agravada na entressafra açucareira, quando cessa a produção e grande parcela dos trabalhadores é dispensada, ficando desempregada. Neste período, o incentivo à agricultura familiar, em que os trabalhadores conduzem o processo produtivo com ênfase na diversificação, poderia ser uma estratégia de complementação do trabalho assalariado²⁴. A valorização da monocultura em detrimento de outros produtos é uma prática comum na história do Brasil; uma situação que sempre trouxe problemas à realização de uma alimentação familiar de qualidade, favorecendo a manutenção das iniquidades sociais¹⁸. Este modelo econômico dificulta a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, trazendo problemas de saúde e nutrição para as famílias que ali habitam⁸.

Diante da disponibilidade de alimentos no domicílio, as mulheres ficaram sensibilizadas e vivenciaram sentimentos ambíguos. De um lado a felicidade, quando o alimento estava presente, e do outro, a tristeza quando o alimento estava ausente. O mal estar social e psicológico gerado pela falta de alimentos não atingiu apenas as mulheres, se estendia também aos homens. De acordo com os três níveis de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) descrito na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)²⁰, é possível perceber que as famílias das mulheres entrevistadas vivenciaram insegurança alimentar e nutricional em todos os níveis. Na classificação da EBIA, é considerado desde a preocupação de que possa faltar o alimento (insegurança leve), restrição quantitativa na alimentação dos adultos e da família (insegurança moderada) até a deficiência quantitativa e fome entre adultos e crianças da família (insegurança grave). A percepção da Segurança Alimentar e Nutricional para algumas famílias estava centrada nas possibilidades diárias, e não nas possíveis perspectivas a longo prazo. Apenas a evidência de sentimentos negativos pela falta de alimento já caracterizava um quadro de insegurança alimentar e nutricional leve.

As mulheres também vivenciavam o sentimento de desespero diante da possibilidade da ausência do alimento para os filhos, implicando em um nível de insegurança alimentar grave. Em uma das falas, a mulher referiu que este sentimento também era partilhado pelo companheiro. Para algumas mulheres, esta situação gerou um desejo de mudança por intermédio do trabalho, enquanto para outras, um sentimento de conformismo e atribuição à vontade divina de sua condição de vida. Neste cenário, a falta do alimento ultrapassou a questão biológica, refletindo numa dimensão psicológica, social e cultural ²⁵. Em uma casa pode faltar quase tudo, menos o alimento e mesmo quando os recursos financeiros são escassos, a alimentação precisa ser mantida ²⁶.

Neste contexto, a partilha de alimentos na família apareceu como uma das formas mais importantes para se adaptar à escassez alimentar. A mulher realizava a distribuição intrafamiliar de alimentos de acordo com a sua disponibilidade no domicílio. O objetivo era o de alimentar a todos e ainda, se possível, que o alimento fosse economizado para as futuras refeições. Somado aos problemas econômicos que dificultavam o acesso à alimentação, tinham-se as situações de iniquidade e discriminação que afetavam a distribuição intrafamiliar de alimentos ^{3,10,27}.

Nas falas de algumas mulheres, ficou evidente a divisão de atribuições de homens e mulheres, ele de provedor financeiro e ela de dona de casa que deveria cuidar do lar e dos filhos. Esta divisão de trabalhos entre homens e mulheres faz com que estes assumam papéis desiguais. Se por um lado o mercado de trabalho, a esfera pública, é designado historicamente e socialmente ao homem, a missão e responsabilidade do trabalho reprodutivo, na esfera privada, são delegadas à mulher ^{28,29}. As origens dessa construção emergiram das relações hierárquicas, patriarcalistas, com desigualdades que reforçam a dominação do homem sobre a mulher existente até hoje. O que é atributo de cada sexo é adquirido socialmente por meio das relações intrafamiliares e interpessoais e se reproduz de acordo com o que está posto culturalmente ²⁹.

Desde o início da humanidade, a alimentação está associada ao afeto e à proteção, e o seu preparo, diretamente ligado à mulher. Na divisão de tarefas, em geral, cabe a ela preparar as refeições, atividade que por ser uma atribuição doméstica, muitas vezes é considerada menos digna do que o trabalho do homem ^{12,17,30}. Nas práticas alimentares, é a mulher que exerce sua autoridade e controle, mas cujas condições são determinadas dentro das possibilidades do trabalho do homem. Assim, a definição do que irá compor e como será feita a distribuição dos alimentos vai depender das condições econômicas que o trabalho do homem proporcione para aquisição dos gêneros alimentícios ¹⁷. Esta situação reflete as

representações que cercam a alimentação na família e que definem também hierarquias no domicílio.

No ambiente rural, cenário deste estudo, a responsabilidade da mulher era ainda maior, pois além de preparar e definir o cardápio, ela tinha a função de distribuir o que seria consumido pela família, determinando as quantidades a serem servidas entre os seus membros. Esta atribuição estava fortemente relacionada às questões culturais, de modo que a mulher se julgava competente ou não como administradora do lar, mediante a realização da prática da distribuição intrafamiliar de alimentos.

Nas falas das mulheres foi possível perceber situações em que houve priorização da alimentação do companheiro ou dos filhos em detrimento da sua. Isto foi uma prática natural, mas que expressava uma situação de discriminação que não era adequada para a saúde delas. Em populações de baixa renda é comum a conduta feminina de reservar uma grande ou a melhor parte dos alimentos que preparam para os maridos. Os homens, em geral, recebiam maiores quantidades de alimentos que poderia ser justificáveis pelas suas maiores necessidades nutricionais. Por outro lado, mesmo possuindo necessidades nutricionais menores, mulheres e crianças necessitam consumir alimentos em quantidade suficiente para atender suas demandas biológicas. Um dos motivos que poderia explicar maior quantidade de alimentos recebida pelo homem estaria no fato deste ser, quase sempre, o responsável exclusivo pelo sustento da família. Se ele não se alimentasse bem, não teria condições para trabalhar e, consequentemente, faltaria alimento para toda a família. A tendência de priorização do homem na alimentação além de uma questão sociocultural, seria também fruto da necessidade de sobrevivência da espécie humana ^{12,27}.

A prática alimentar se relaciona ainda com a construção da identidade social do indivíduo. Neste estudo, algumas falas expressaram distinção entre alimentação realizada por indivíduos pobres e ricos. Por este âmbito, percebe-se que a comida era utilizada como uma categoria mediante a qual os pobres pensavam sua relação com os “ricos” ou pessoas que não enfrentavam escassez alimentar. A alimentação também atribui *status* social aos indivíduos, estabelecendo fronteiras entre as classes socioeconômicas ^{12,31}. A alimentação colocada como hierarquização social decorre desde o descobrimento do Brasil. Nesta época, a influência étnica já estabelecia um quadro de desigualdades e conflitos, quando o português branco colonizador instaurou a hierarquia com a escravidão inicialmente do índio e posteriormente do negro, que refletiram em práticas alimentares distintas em cada grupo social ^{18,22}.

Considerações finais

As vivências das mulheres de trabalhadores de cana-de-açúcar, em relação à alimentação e sua distribuição intrafamiliar, fizeram emergir significados pautados nos aspectos biológicos, psicológicos, históricos e socioculturais. A importância dos alimentos para a existência humana enfatiza os seus aspectos biológicos, enquanto que a priorização do homem e das crianças na partilha de alimentos e as iniquidades sociais com distinção de alimentos entre ricos e pobres perpassam pelas questões históricas e socioculturais. Os sentimentos dicotômicos diante da disponibilidade de alimentos no domicílio, por sua vez, refletem uma dimensão psicológica da alimentação. Todos estes significados se relacionam a diferentes situações de insegurança alimentar e nutricional desta população.

Faz-se necessário monitorar e avaliar grupos populacionais mais vulneráveis à violação do Direito Humano à Alimentação Adequada, a exemplo das famílias dos agricultores de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil, garantindo a sua Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa forma, é fundamental desenvolver políticas públicas intersetoriais que proporcionem alternativas econômicas, principalmente no período da entressafra da cana-de-açúcar, que venham a proporcionar uma melhoria da sua saúde, nutrição e alimentação.

Referências

1. Brasil. Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 26 ago.
2. Brasil. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera a art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União; 4 fev. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm
3. Panigassi G, Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Pérez-Escamilla R, Maranha LK, Sampaio MFA. Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. Rev Nutr 2008; 21: 135-144.

4. Leão M (Org). *O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: ABRANDH; 2013. p. 10-38.
5. Cascudo LC. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global; 2011. p. 11-66; 73- 80; 339-401.
6. Arsenault JE, Yakes EA, Islam MM, Hossain MB, Ahmed T, Hotz C, Lewis B, Rahman AS, Jamil KM, Brown KH. Very low adequacy of micronutrient intakes by young children and women in rural Bangladesh is primarily explained by low food intake and limited diversity. *J Nutr* 2013; 143:197-203.
7. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional [documento final]*: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 2004.
8. Cavalcanti C, Dias A, Lubambo C, Barros H, Cruz L, Araújo M, Moreira M, Galindo O. *Programa de apoio ao desenvolvimento sustentável da zona da mata de Pernambuco- PROMATA*. 2002;
<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/TPD/article/viewFile/1367/1199> (acessado em 05/Nov/2014).
9. Campos LHR, Raposo I, Maia A. Empregabilidade do cortador de cana-de-açúcar da zona da mata Pernambucana no período de entressafra. *Revista Econômica do Nordeste* 2007; 3: 329-342.
10. Cavalcanti DS, Vasconcelos PN, Muniz VM, Santos, NFS, Osório, MM. Consumo de ferro e sua associação com a anemia ferropriva nas famílias de trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. *Rev Nutr* 2014; 27: 217-227.
11. Oliveira JS, Lira PIC, Maia SR, Sequeira LAS, Amorim, RCA, Filho MB. Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças de Gameleira, zona da mata do Nordeste brasileiro. *Rev. Bras. Saúde Mater Infant* 2010; 10: 237-245.
12. Romanelli G. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. *Medicina* 2006; 39: 333-339.
13. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec; 2010. p. 191-198.
14. Minayo MCS. *Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social*. In: Minayo MCS, Deslandes, AF, Gomes R. *Pesquisa Social Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes; 2009. p. 48.
15. Bardin L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 2011. p. 121-133; 145-148.

16. Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional [documento final]: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 2004.
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_Conferencia_2versao.pdf (acessado em 15/Out/2014)
17. Woortmann K. A Comida, a Família e a Construção do Gênero feminino. *Revista de Ciências Sociais* 1986; 29: 103-130.
18. Freyre G. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global; 2003. p. 64-497.
19. Santos CFM, Motta LT, Gonçalves JH. Estratégias e adaptabilidade alimentares na América portuguesa do século XVIII: alguns casos monçoeiros. *Diálogos, DHI/PPH/UEM* 2010; 14: 273-286.
20. Segall-Corrêa AM. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estudos Avançados* 2007; 21: 143:154.
21. Oliveira JS, Lira PIC, Osório MM, Sequeira LAS, Costa EC, Gonçalves FCLSP, Filho MB. Anemia, hipovitaminose A e insegurança alimentar em crianças de municípios de Baixo Índice de Desenvolvimento Humano do Nordeste do Brasil. *Rev Bras Epidemiol* 2010; 13: 651-664.
22. Maciel ME. Uma cozinha à brasileira. *Estudos Históricos*. 2004; 33: 25-39.
23. Levy RB, Claro RM, Mondini L, Sichieri R, Monteiro CA. Distribuição regional e socioeconômica da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil em 2008-2009. *Rev Saúde Pública* 2012; 46: 6-15.
24. Brasil. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União* 2006; 24 jul.
25. Sampaio MFA, Kepple AW, Segall-Corrêa AM, Oliveira JTA, Maranha LK, Marin-Leon L, Bergamasco SMPP, Perez-Escamilla R. (In) Segurança Alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do estado de São Paulo. *Rev Segurança Alimentar e Nutricional* 2006; 13: 64-77.
26. Freitas MCS. Uma abordagem fenomenológica da fome. *Rev Nutr* 2002; 15: 53-69.
27. Ndiku M, Jaceldo-Siegl K, Singh P, Sabaté J. Gender inequality in food intake and nutritional status of children under 5 years old in rural Eastern Kenya. *European Journal of Clinical Nutrition* 2011; 65: 26-31.

28. Colling, AM. Gênero e história. Um diálogo possível? *Contexto e Educação* 2004; 71/72: 29-43.
29. Santana AM de. Mulher mantenedora/homem chefe de família: uma questão de gênero e poder. Itabaina: GEPIADDE 2010; 4: 71-87.
30. Oliveira NRF, Vela HAG. Escolhas alimentares, decisões culturais: a mulher define o que vai pra mesa. *Fazendo gênero – Corpo, violência e poder*; 2008; http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST6/Oliveira-Vela_06.pdf (acessado em 15/set/2014).
31. Poulain J, Proença RPC. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. *Rev Nutr Campinas* 2003; 16: 245-256.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo, buscando desvelar os significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar para mulheres de trabalhadores de cana-de-açúcar foi possível reafirmar a importância do ambiente familiar nas práticas alimentares e da mulher como figura central neste processo. O ambiente familiar se mostrou um terreno fértil quando se deseja estudar a alimentação, pois nele são realizadas práticas cotidianas que visam atender a dimensão individual e também coletiva (demandas nutricionais e representações sociais), e as mulheres, por sua vez, continuam como figura central em diversos processos da alimentação, com destaque para o preparo e a distribuição, atribuições que lhes são delegadas há séculos pela sociedade.

As metodologias de pesquisa e análise dos dados foram adequadas para atender o objetivo do estudo, ampliando a compreensão sobre alimentação e sua distribuição intrafamiliar, principalmente no que se refere às vivências e sentimentos das mulheres estudadas. Esta é uma das vantagens da metodologia qualitativa, que permite entender fenômenos expressos mais por sua complexidade interna do que por sua expressão quantitativa.

Durante a análise dos dados foi visto que as mulheres priorizaram o aspecto biológico da alimentação, provavelmente na tentativa de mostrar a importância desta para a vida humana, sendo inaceitável a sua falta. Elas não estavam cientes de que a alimentação é um direito garantido constitucional, e por vezes declaravam situações de conformismo diante da insegurança alimentar e nutricional. Neste sentido, considerando a necessidade e por que não dizer obrigatoriedade de alimentar-se, a não realização deste direito por estas famílias representou uma violação ao Direito Humano à Alimentação Adequada.

As iniquidades sociais ali vivenciadas se relacionavam diretamente com as condições econômicas precárias da região, em grande parte devido ao predomínio histórico da monocultura da cana-de-açúcar que contribui para a manutenção das desigualdades sociais ao longo dos séculos. O relato de algumas mulheres de que eram necessárias condições econômicas favoráveis para se ter uma alimentação adequada mostra explicitamente que estas refletiam nas práticas alimentares das famílias, incluindo a distribuição intrafamiliar de alimentos.

Os aspectos culturais também exerciam forte influência durante a partilha de alimentos destas famílias, resultando em iniquidades na distribuição de alimentos entre os membros. As principais causas destas iniquidades se relacionavam às atribuições de homens e mulheres.

Também eram presentes regras baseadas em conhecimentos adquiridos através das gerações e que faziam com que determinados alimentos fossem mais consumidos, com priorização daqueles que proporcionavam maior saciedade, independente de seu valor nutricional. Assim, foi reforçada a importância de compreender a história e cultura de uma região quando se pretende promover estratégias eficientes e eficazes de garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

Sentimentos de tristeza e preocupação foram amplamente explicitados à medida que a alimentação era incerta, por outro lado a presença do alimento surgia como algo positivo e motivo de felicidade. Por isso, surge ainda a necessidade de compreender a dimensão subjetiva da alimentação, uma vez que os indivíduos devem ser vistos em sua totalidade, extrapolando a dimensão biológica. Neste sentido, as ações governamentais devem visar extinguir não apenas a insegurança alimentar moderada ou grave em que já há a falta de alimentos na família, mas também seu grau mais leve, caracterizado pela incerteza da alimentação num futuro próximo.

Assim, é necessário criar políticas públicas intersetoriais que promovam alternativas econômicas, principalmente nos períodos de entressafra, no intuito de que os habitantes locais obtenham melhores condições de saúde, alimentação e nutrição. As estratégias devem ser estruturais, uma vez que os problemas são recorrentes e carecem de intervenções mais complexas. Além disso, monitorar e avaliar grupos populacionais mais vulneráveis à violação do Direito Humano à Alimentação Adequada, a exemplo dos agricultores de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil, garantindo a sua Segurança Alimentar e Nutricional no nível familiar e individual.

Os dados aqui encontrados podem ser utilizados na elaboração de políticas públicas de garantia da Segurança Alimentar e Nutricional para os habitantes desta região. Espera-se ainda que em populações marginalizadas que vivem em precárias condições socioeconômicas os significados dos alimentos e de sua distribuição intrafamiliar sejam semelhantes aos da Zona da Mata Pernambucana. Considerando as diferentes influências históricas, sociais e culturais nas regiões do Brasil, seria necessário pesquisar e analisar em que são convergentes ou divergentes das informações encontradas nesta pesquisa, mediante novos estudos.

REFERÊNCIAS

- ARSENAULT, J.E.; YAKES, E.A.; ISLAM, M.M., HOSSAIN, M.B.; AHMED, T.; HOTZ, C. et al. Very low adequacy of micronutrient intakes by young children and women in rural Bangladesh is primarily explained by low food intake and limited diversity. **Journal of Nutrition**, v. 143, n.2, p.197-203, feb. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo** – 4^a ed.- Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011, p. 45; 121-133; 145-148.
- BELIK, W.; SILVA, J.G.S.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, São Paulo, p. 119-129, out./dec., 2001.
- BRASIL. Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Seção 1, p. 6.
- _____. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera a art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm. Acesso em 20 de nov de 2013.
- _____. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Seção 1, p. 1.
- _____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional [documento final]**. Olinda; 2004.
- CAMPOS, L.H.R.; RAPOSO, I.; MAIA, A. Empregabilidade do cortador de cana-de-açúcar da zona da mata Pernambucana no período de entressafra. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.3, n. 3, p. 329-342, jul./set. 2007.
- CARLONI, A.S. Sex disparities in the distribution of food within rural households. **Food and Nutrition**., Roma, v. 7, n. 1, p. 3-12, 1981.
- CASCUDO, L.C. **História da alimentação no Brasil** – 4^a ed.- São Paulo: Global, 2011.
- CAVALCANTI; VASCONCELOS, P.N.; MUNIZ, V.M., SANTOS, N.F. dos; OSÓRIO, M.M. Consumo de ferro e sua associação com a anemia ferropriva nas famílias de trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. **Revista de Nutrição de Campinas**, 27(2), p. 217-227, mar./abr. 2014.
- CAVALCANTI, C.; DIAS, A.; LUBAMBO, C.; BARROS, H.; CRUZ, L.; ARAÚJO, M. et al. **Programa de apoio ao desenvolvimento sustentável da zona da mata de Pernambuco-PROMATA. 2002**. Disponível em:

<<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/TPD/article/viewFile/1367/1199>>. Acesso em 25 de set de 2013.

CHAUDHURY, R.H. Adequacy of child dietary intake relative to that of other family members. **Food and Nutrition Bulletin**, v. 10, p. 26–34, 1988.

COLLING, A.M. Gênero e história. Um diálogo possível? **Revista Contexto e Educação**, v. 19, n. 71/72, p. 29-43, 2004.

COUTINHO, M.; LUCATELLI, M. Produção científica em nutrição e percepção pública da fome e alimentação no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. Esp., p. 86-92, ago. 2006.

FÁVARO, T.; RIBAS, D.L.B.; ZORZATTO, J.R.; SEGALL-CORRÊA, A.M.; PANIGASSI, G.. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 785-793, abr. 2007.

FISHER, I.R.; ALBUQUERQUE, L. **A mulher e a emergência da seca no Nordeste do Brasil**. Texto para discussão (Campinas), n. 139, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/TPD/article/viewFile/1369/1202>>. Acesso em 16 de jun de 2013.

FONSECA, A.B.; SOUZA, T.S.N.; FROZI, D.S.; PEREIRA, R.A. Modernidade alimentar e consumo de alimentos: contribuições sócio-antropológicas para a pesquisa em nutrição. **Revista Ciências & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 9, p. 3853-3862, 2011.

FREITAS, M. do C. S. Uma abordagem fenomenológica da fome. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48º ed. rev. – São Paulo: Global, 2003.

FRITSCH, W. “Apogeu e crise da primeira república: 1900-1930”. In: ABREU, M.P. (org.). **A ordem do progresso: cem anos de políticas econômicas republicanas (1889-1989)**. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

GONÇALVES, J.R.S. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo. **Estudos históricos**, v. 33, p. 40-55, 2004.

HAAGA, J.G.; MASON, J.B. Food distribution within the Family. **Food policy**, may., 1987.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Produção Agrícola Municipal – Lavoura Temporária – 2007. Gameleira – PE**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260590&search=pernambuco|gameleira|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em 15 de jul de 2014.

JAIME, P.C.; FIGUEIREDO, I.C.R.; MOURA, E.C.; MALTA, D.C. Fatores associados ao consumo de frutas e hortaliças no Brasil, 2006. **Revista de Saúde Pública**, v. 43(Supl 2), p. 57-64, 2009.

JOHNSON, C.M.; SHARKEY, J.R.; McINTOSH, A.W.; DEAN, W.R. "I'm the Momma": using photo-elicitation to understand matrilineal influence on family food choice. **BMC Womens Health**, v. 17, n. 10, p. 21, jun. 2010.

KRONE, E.E.; MENASHE, R. **Comida e trabalho: um estudo sobre relações de gênero entre famílias rurais assentadas.** 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização; Paradigmas e atores em conflito. 3-6 jun. 2012.

KEPPEL, A.W.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

LEÃO, M (Org). O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013.

LEVY, R.B.; CLARO, R.M.; MONDINI, L.; SICHLER, R., MONTEIRO, C.A. Distribuição regional e socioeconômica da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil em 2008-2009. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. 1, p. 6-15, fev. 2012.

LUO, W.; ZHAI, F.; JIN, S.; GE, K. Intrahousehold food distribution; a case study of eight provinces in China. **Asia Pacific Journal Clinical Nutrition**, Suppl. 10, S19-S28, 2001.

MACIEL, M.E. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 33, p. 25-39, jan./jun. 2004.

MINAYO, M.C.S. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. DESLANDES, A.F. GOMES, R. **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade - 28ª ed.** - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 48.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento Pesquisa Qualitativa em Saúde – 11ª ed.** - São Paulo: Hucitec, 2010, p. 191-198.

MINTZ, S.W. Comida e antropologia. Uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, out. 2001.

NELSON, M. The distribution of nutrient intake within families, **British Journal of Nutrition**, v. 55, p. 267-277, 1986.

NDIKU, M.; JACELDO-SIEGL, K.; SINGH, P. SABATÉ, J. Gender inequality in food intake and nutricional status of children under 5 years old in rural Eastern Kenya. **European Journal of Clinical Nutrition**, v. 65, p. 26-31, 2011.

OLIVEIRA, J.S.; LIRA, P.I.C.; OSÓRIO, M.M.; SEQUEIRA, L.A. de S.; COSTA, E.C.; GONÇALVES, F.C.L. da S.P.; BATISTA FILHO, M. Anemia, hipovitaminose A e insegurança alimentar em crianças de municípios de Baixo Índice de Desenvolvimento Humano do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, n. 4, p. 651-664, dez. 2010a.

OLIVEIRA, J.S.; LIRA, P.I.C. de; SEQUEIRA, L.A. de SOUZA; AMORIM, R.C. de A., BATISTA FILHO, M. Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças de Gameleira, zona da mata do Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 10, n. 2, p. 237-245, jun. 2010b.

OLIVEIRA, N.R.F. de; VELA, H.A.G. **Escolhas alimentares, decisões culturais: a mulher define o que vai pra mesa.** Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder. Florianópolis, de 25-28 ago. 2008.

OSÓRIO, M.M. Fatores determinantes da anemia em crianças. **Jornal de Pediatria**, v. 78, n. 4, 2002.

PANIGASSI G.; SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEÓN, L.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; MARANHA, L.K.; SAMPAIO, M de F.A. Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. **Revista de Nutrição**, v. 21, p.135-144, jul./ago. 2008.

PAPAVERO, C.G. Alegrias e desventuras do paladar: a alimentação no Brasil holandês. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 137-147, jan./fev. 2010.

PEDRO, H.M.D. Fome: concepção de uma cicatriz social. **Vértices**, v.8, n. 1, p. 89-100, jan./dez. 2006.

PILLA, M.C.B.A. Gosto e deleite: construção e sentido de um *menu* elegante. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 53-69, 2005.

POSSAMAI, A.M. de P.; PECCINI, Rosana (Orgs.). Turismo, história e gastronomia: uma viagem pelos sabores. Caxias do Sul: EDUCS, 2011. Resenha de: BRANDÃO, T. de S. Título da resenha: “Turismo, história e gastronomia: uma viagem pelos sabores”. Resenha e reflexões. **Revista Turismo: Estudos & Práticas**, Mossoró, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013.

POULAIN, J.; PROENÇA, R.P. da C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 245-256, jul./set. 2003.

RATHNAYAKE, I.; WEERAHEWA, J. An Assessment of Intra-household Allocation of Food: A Case Study of the Urban Poor in Kandy. **Sri Lankan Journal of Agricultural Economics**, v. 4, p. 95-105, 2002.

REINHARDT, J.C. “História e alimentação: uma nova perspectiva”. **Revista Vernáculo**, n. 3, set/dez., 2000. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/vernaculo/article/download/18070/11774>> Acesso em 26 de julho de 2014.

ROMANELLI, G. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 39, n.3, p. 333-339, 2006.

ROSSI, A.; MOREIRA, E.A.M.; RAUEN, M.S. Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, n. 6, p. 739-748, nov./dez. 2008.

SAMPAIO, M.F.A.; KEPPEL, A.W.; SEGALL-CORRÊA, A.M.; OLIVEIRA, J.T.A. de; PANIGASSI, G.; MARANHA, L.K. et al. (In) Segurança Alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 64-77, 2006.

SANTANA, A.M. Mulher mantenedora/homem chefe de família: uma questão de gênero e poder. **Revista Fórum Identidades**, Itabaina, v.8, p. 71-87, 2010.

SANTOS, C.F.M.; MOTTA, L.T.; GONÇALVES, J.H. Estratégia e adaptabilidade alimentares na América portuguesa do século XVIII: alguns casos monçoeiros. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 2, p. 273-286, 2010.

SANTOS, M.J.F.S. Desenho de estudos e desenhos amostrais em pesquisa qualitativa. In: VÁRQUEZ, M.L. et al. **Introdução às técnicas qualitativas de pesquisa aplicadas em saúde, Materias 168**. Grups de Recerca d' America id' Africa (Cursos GRAAL 5). Recife: Instituto Materno Infantil. Servei de Publicacions, Universitat Autònoma de Barcelona, p. 37, 2009.

SANTOS, C.R.A. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: Questões e Debates**, n. 42, p. 11-31, 2005.

SEGALL-CORRÊA, A.M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 20, mai./ago. 2007.

SHARKEY, J.R.; NALTY, C.; JOHNSON, C.M.; DEAN, W.R. Children's very low food security is associated with increased dietary intakes in energy, fat, and added sugar among Mexican-origin children (6-11 y) in Texas border Colonias. **BMC Pediatrics**, v. 20, p.12-16, feb. 2012.

SKINNER, K.; HANNING, R.M.; DESJARDINS, E.; TSUJI, L.J.S. Giving voice to food insecurity in a remote indigenous community in subarctic Ontario, Canada: traditional ways, ways to cope, ways forward. **BMC Public Health**, v. 2, n. 13, p. 427, mai. 2013.

SONATI, J.G.; VILARTA, R.; SILVA, C.C. **Influências culinárias e diversidade cultural da identidade brasileira: imigração, regionalização e suas comidas**. In: Qualidade de vida e cultura alimentar. Campinas: IPES, 2009.

TORELLI, L.S. **A defesa do café e a política cambial: os interesses da elite paulista na primeira república (1898-1920)** – Campinas, SP: [s.n.]. 2004 – Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

TURATO, E.R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

VARGAS, S.; E PENNY, M. Measuring food insecurity and hunger in Peru: a qualitative and quantitative analysis of an adapted version of the USDA's Food Insecurity and Hunger Module. **Public Health Nutrition**, v. 13, n. 16, p. 1488-1497, 2009.

VASCONCELOS, F.A.G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago. 2005.

_____. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. **Revista História, Ciência, Saúde**, v. 8, n. 2, p. 315-339, jul./ago. 2001.

VIANNA R.P.T.; SEGALL-CORREA A.M. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 111-122, jul./ago. 2008.

VIJAYARAGHAVAN; PRAKASAM; LAXMAIAH, 2002. Time trend in the intrafamily distribution of dietary energy in rural India. **Food and Nutrition Bulletin**, v. 23, n. 4, p. 390-394, dec. 2002.

WHEELER, E.F. Intra-household food and nutrient allocation, **Nutrition Research**, v.4, p. 69-81, 1991.

WOORTMANN, K. **A Comida, a Família e a Construção do Gênero feminino.** Revista de Ciências Sociais, v. 29, n. 1, p. 103-130, 1986.

YUYAMA, L.K.O.; PY-DANIEL, V.; ISHIKAWA, N.K.; MEDEIROS, J.F.; KEPPLE, A.W., SEGALL-CORRÊA, A.M. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, n. 21(Suplemento), p. 53s-63s, jul./ago. 2008.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista

Projeto : Distribuição Intrafamiliar de Alimentos: estudo de uma população de trabalhadores rurais no Nordeste do Brasil.

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Nome: _____ Data: ____/____/____

Nº roteiro: ____ Horário de início da entrevista: _____ h Término da entrevista: _____ h

Entrevistada: Mulher do trabalhador canavieiro

1. Idade ____ (anos).
2. Cor (auto referida) () branca () negra () parda () outra _____
3. Frequentou escola (especificar entre pública ou privada): () sim _____ () não
4. Escolaridade/ especificar:
 - a) Educação infantil _____
 - b) Ensino fundamental I _____
 - c) Ensino fundamental II _____
 - d) Ensino médio _____
5. Trabalha atualmente (se sim especificar): () sim _____ () não

Questões norteadoras

1. O que à senhora entende por alimento?
2. O que significa os alimentos para sua vida e da sua família?
3. Como à senhora divide e distribui os alimentos na sua família?
4. Como à senhora se sente quando distribui os alimentos entre os membros de sua família?

APÊNDICE B – Grelhas

Questão norteadora	Transcrição das falas	Núcleo de sentido	Trecho da entrevista	Codificação Códigos	Subcategorias	Categoria temática
<u>Questão 1:</u> O que à senhora entende por alimento?	Camila: (pensando) Eu entendo de alimento que <u>conforta</u> , dá <u>sustância</u> , então, se não for o alimento ninguém vive...	... (pensando) Eu entendo de alimento que <u>conforta</u> , <u>sustância</u> , então, se não for o alimento ninguém vive...	... o alimento o mais <u>saudável</u> para mim é essas <u>comidas</u> ... eu não gosto muito de comer <u>besteiras</u> não. Tipo biscoitos, salgadinho, pra mim eu não gosto não. Eu sou mais feijão, arroz, macarrão e cuscuz... Essas <u>comidas</u> mais <u>saudáveis</u> tem mais <u>vitamina</u> , <u>proteína</u> , <u>calcíio</u> ...	O alimento é essencial à sobrevivência, traz conforto e sustância	O alimento é essencial à sobrevivência além de trazer conforto e sustância	Alimento, é essência da vida
	Liliane: Pra mim eu acho assim que o alimento o mais <u>saudável</u> pra mim é essas <u>comidas</u> ... eu não gosto muito de comer <u>besteiras</u> não. Tipo biscoitos, salgadinho, pra mim eu não gosto não. Eu sou mais feijão, arroz, macarrão e cuscuz... Essas <u>comidas</u> mais <u>saudáveis</u> tem mais <u>vitamina</u> , <u>proteína</u> , <u>calcíio</u> <u>saudável</u> ... <u>comidas</u> ... <u>besteiras</u> ... <u>comidas</u> ... <u>saudável</u> ... <u>vitamina</u> , <u>proteína</u> , <u>calcíio</u> o alimento o mais <u>saudável</u> para mim é essas <u>comidas</u> ... eu não gosto muito de comer <u>besteiras</u> não. Tipo biscoitos, salgadinho, pra mim eu não gosto não. Eu sou mais feijão, arroz, macarrão e cuscuz... Essas <u>comidas</u> mais <u>saudáveis</u> tem mais <u>vitamina</u> , <u>proteína</u> , <u>calcíio</u> ...	O alimento é saudável é comida que tem mais vitamina, proteína e calcíio e os não saudáveis besteiros são saudáveis besteiros	O alimento mais saudável tem mais nutrientes e os não saudáveis besteiros são saudáveis besteiros	Alimentação saudável: Conhecimentos e condições necessárias
	Renata: Eu não sei nem falar viu?! (risos). Comida, pra sustentar a gente! Dá <u>fortídio</u> , quando a gente num come <u>fraco</u> , dá agonia (risos). E <u>sem comida</u> morre... porque não tem a <u>sustância</u> a pessoa sem a comida.	... <u>comida</u> ... <u>sustentar</u> ... <u>fortídio</u> ... <u>num</u> <u>come</u> <u>fraco</u> ... <u>sem comida</u> <u>morre</u> ... <u>sustância</u> Comida, pra sustentar a gente. Dá <u>fortídio</u> , quando a gente num come <u>fraco</u> , dá agonia (risos). E <u>sem comida</u> <u>morre</u> ... porque não tem a <u>sustância</u> ...	O alimento é essencial à sobrevivência, sustenta, fortalece e sua falta gera fraqueza	O alimento é essencial à sobrevivência, sustenta, fortalece e sua falta acarreta problemas à saúde	
	Fabiana: Ah! O alimento é <u>tudo</u> de <u>bom</u> , para o <u>crescimento</u> , o <u>desenvolvimento</u> . Acho que o básico é esse. Fortalece a gente, não vive...	... <u>tudo</u> <u>de</u> <u>bom</u> ... <u>crescimento</u> ... <u>desenvolvimento</u> ... <u>fortalece</u> O alimento é tudo de bom, para o crescimento, o desenvolvimento... Fortalece a gente, sem <u>ele</u> a gente não vive...	O alimento é essencial à sobrevivência, fortalece as pessoas e bom para o	O alimento é essencial à sobrevivência e bom para o	

<p><i>sem ele a gente não vive.</i></p>	<p>Solange: É a quarenta, carne, feijão e arroz. Ela alimenta, se a gente não comer dá agonia (risos). Mas quando a pessoa come a agonia come a agonia passa...</p>	<p><i>sem ele a gente não vive...</i> ...quarenta... carne... feijão e arroz... se a gente não comer dá agonia... quando come agonia passa...</p>	<p>... É a quarenta, carne, feijão e arroz. Ela alimenta, se a gente não comer dá agonia (risos). Mas quando a pessoa come a agonia passa...</p>	<p><i>é bom crescimento e desenvolvimento</i></p>	<p>São alimentos: carne, feijão e arroz</p>	<p><i>é crescimento e desenvolvimento</i></p>	<p>A falta de alimento faz mal ao indivíduo</p>	<p>O alimento é essencial à sobrevivência, fortalece e é bom em momentos de festa.</p>
	<p>Paloma: Ah, de alimento eu sei que é <i>muito bom</i> pra gente comer, pra ficar forte... a gente se alimenta... se não tivesse alimento a gente não viveria... / a gente ia morrer de fome...</p>	<p><i>muito bom... pra ficar forte... a gente se alimenta... se não tivesse alimento a gente não viveria... / a gente ia morrer de fome...</i></p>	<p>... alimento eu sei que é <i>muito bom</i> pra gente comer, pra ficar forte... o alimento é bom porque se não tivesse o alimento, minha filha, a gente não viveria, a gente ia morrer de fome...</p>		<p>O alimento essencial sobrevivência, fortalece</p>	<p><i>é Alimentação em momentos de festa</i></p>	<p>Até um refrigerante assim pras crianças em tempo de festa assim é bom. A pessoa pode comprar um refrigerante assim pra eles tomar com um bolinho, um biscoitinho...</p>	
	<p>Luciana: Normal (risos) sei lá! O alimento no nosso corpo ajuda. Ah, quando a gente não come é</p>	<p><i>no nosso corpo ajuda... não come é ruim...</i></p>	<p>... O alimento no nosso corpo ajuda... quando a gente não come é ruim, fica com fome, desnutrido e quando a gente come é outra coisa.</p>					

<p><i>ruim, fica com fome, desnutrido e fome...</i></p> <p><i>quando a gente come é outra coisa. Ai é bom, acho que ajuda muito. É muito importante a alimentação, porque sem ela a gente não é nada...</i></p>	<p>Vitória: <i>Sobrevivência, se não for o alimento a gente não vive. O alimento dá saúde, quando come quando come direito, dá saúde. Se não for o alimento, dá saúde. Se não for o alimento a gente não vive...</i></p>	<p><i>...sobrevivência... dá saúde... quando come direito, dá saúde... se não for alimento a gente não vive...</i></p>	<p><i>Aí bom, acho que ajuda muito. E muito importante a alimentação, porque sem ela a gente não é nada...</i></p>	<p><i>A escassez de alimentos acarreta fome e desnutrição</i></p>	<p><i>é sua falta acarreta fome e desnutrição</i></p>
<p><i>Vitória: Ah! Entendo do alimento é que a gente tem que comer pra sobreviver, a gente tem que comer pra sobreviver.</i></p>	<p>Fernanda: <i>...comer pra sobreviver... comer pra sobreviver...</i></p>	<p><i>... Entendo do alimento é que a gente tem que comer pra sobreviver...</i></p>	<p><i>O alimento essencial sobrevivência</i></p>	<p><i>é O alimento essencial à sobrevivência e dá saúde</i></p>	<p><i>é O alimento essencial à sobrevivência</i></p>
<p><i>Silvana: Quer dizer, eu acho que todo alimento desde que a pessoa tenha condições (econômicas) é válido. Só seguir a regra como diz o ditado, seguir a alimentação direitinho. Não comer oleosa como aprendi no colégio. Ovos, não pode comer em quantidade, de preferência um ou dois no máximo. Ai pronto, o que eu entendendo é isso...</i></p>	<p>Silvana: <i>Quer dizer, eu acho que todo alimento desde que a pessoa tenha condições (econômicas) é válido. Só seguir a regra, seguir a alimentação direitinho. Não comer comida oleosa.... Ovos, não pode comer em quantidade...</i></p>	<p><i>... todo alimento desde que a pessoa tenha condições (econômicas) é válido... seguir a regra... seguir a regra... seguir a alimentação direitinho...</i></p>	<p><i>... todo alimento desde que a pessoa tenha condições (econômicas) é válido. Só seguir a regra, seguir a alimentação direitinho. Não comer comida oleosa.... Ovos, não pode comer em quantidade...</i></p>	<p><i>A alimentação tem regras que devem ser seguidas, mas para isso é necessário que haja condições econômicas</i></p>	<p><i>A alimentação tem regras que devem ser seguidas, mas para isso é necessário que haja condições econômicas</i></p>
<p><i>Margarida: O alimento eu acho muito importante, porque a gente tem que se alimentar, porque uma</i></p>	<p>Margarida: <i>O alimento eu acho muito importante, porque a gente tem que se alimentar, porque uma</i></p>	<p><i>... muito importante... porque a gente tem que se alimentar...</i></p>	<p><i>... O alimento eu acho muito importante, porque a gente tem que se alimentar...</i></p>	<p><i>O alimento é muito importante para evitar</i></p>	<p><i>O alimento é muito importante e sua falta acarreta desnutrição</i></p>

		<p>Neusa: Quando eu era criança a coisa era pior, porque a gente só vivia... meu pai era meio mundo de filhos, só meu pai pra trabalhar pra dá pra gente. Na verdade no meu tempo de criança eu não vivi bem não. A comida serve pra confortar a gente, também o remédio. <i>Quando a gente tá com fome me conforta também.</i> Sómente comer também não conforta a gente, ele tem que <i>ter uma vitamina...</i></p>	<p>... <i>A comida serve pra confortar a gente, também o remédio... Quando a gente tá com fome me conforta também.</i> Sómente comer também não conforta a gente, ele tem que <i>ter uma vitamina...</i></p>	<p>O alimento conforta e tem que ter vitaminas</p>	<p>O alimento que conforta é o que tem vitaminas</p>
		<p>Ana: ... Sem alimento ninguém vive, morre. <i>Se falta a comida morre com fome. Ai não vai conseguir viver, certo? Vou ter que comer...</i></p>	<p>... <i>Vive... morre. Se falta a comida se faltou comida se morre com fome... Vou ter que comer...</i></p>	<p>O alimento é essencial à sobrevivência e uma obrigação</p>	<p>O alimento é essencial à sobrevivência e uma obrigação</p>
		<p>Patrícia: Alimentação depende de alimentação, uma <i>faz bem e outra faz mal.</i> O alimento é bom porque <i>abastece a gente. O pobre não vive sem alimentação,</i> sem se alimentar aí, sei lá, eu sei que a gente precisa, mas não sei explicar muito bem</p>	<p>... <i>faz bem... faz mal... abastece... pobre não vive sem alimentação...</i></p>	<p>Alimentação depende de alimentação, uma <i>faz bem e outra faz mal.</i> O alimento é bom porque <i>abastece a gente. O pobre não vive sem alimentação...</i></p>	<p>O alimento pode fazer bem ou mal e o pobre não vive sem ele</p>
					<p>O alimento pode fazer bem ou mal e o pobre não vive sem ele</p>

não (nisos).	<p>Paula: Comida, assim comida, ... Comida... Comida para alimentar as crianças da gente. Sem alimento a gente não vive, passa fome, mas graças a Deus nunca aconteceu isso aqui não.</p> <p><i>Sem alimento a gente não vive, passa fome. Graças a Deus nunca aconteceu...</i></p>	<p>... Comida, para alimentar as crianças da gente. Sem alimento a gente não vive, passa fome, mas graças a Deus nunca aconteceu isso aqui não...</p>	<p>O alimento é essencial à sobrevivência da família, em especial, das crianças.</p>	<p>O alimento é essencial à sobrevivência, em especial, das crianças.</p>
	<p>Mariana: Se depender de mim eu como feijão, farinha, fubá, é comer de pobre, um arroz, um macarrão, um taquinho (pedaço) de charque, uma mortadela, é comer que a gente come. As vezes uma bolacha, um pão. Como é que pode o pobre comer coisa boa? O alimento serve pra alimentar o corpo, sem o alimento não dá pra viver, tem que comer...</p> <p><i>... feijão... farinha... fubá... comer de pobre... arroz... macarrão... taquinho (pedaço) de charque... mortadela... bolacha... pão...</i></p> <p><i>Pode o pobre comer coisa boa? (...) Serve pra alimentar o corpo... Sem alimento não dá... tem que comer...</i></p>	<p>... Se depender de mim eu como feijão, farinha, fubá, é comer de pobre, um arroz, um macarrão, um taquinho (pedaço) de charque, uma mortadela, é comer que a gente come. As vezes uma bolacha, um café, um pão... Pode o pobre comer coisa boa? O alimento serve pra alimentar o corpo, sem o alimento não dá pra viver, tem que comer...</p>	<p>O alimento é necessário para o corpo e uma obrigação, mas a alimentação do pobre depende de condições econômicas favoráveis</p>	<p>O alimento é uma obrigação por ser essencial à sobrevivência e de depende de condições econômicas favoráveis</p>
	<p>Natália: É de alimento dizem os médicos que é bom comer bastante frutas, verduras e água pra hidratar o corpo...</p>	<p>... dizer os médicos que é bom comer bastante frutas, verduras e água pra hidratar o corpo...</p>	<p>O entendimento de alimentação saudável está baseado em regras estabelecidas</p>	<p>O entendimento de alimentação saudável está baseado em regras estabelecidas</p>

<p>corpo. A gente pensa em tudo, se está bem <u>alimentada</u> é saudável. Comer na hora certa, fazer as refeições na hora certa...</p>	<p><u>alimentada</u> é saudável... saudável... comer na hora certa... refeições na hora certa...</p>	<p>alimentada é saudável. Comer na hora certa, fazer as refeições na hora certa...</p>	<p>pelo conhecimento médico</p>	<p>estabelecidas pelo conhecimento médico</p>	<p>Significa algo muito bom para a sobrevivência da família, e por isso serve para dar aos membros em momentos de escassez.</p>	<p>Significa algo muito bom para a sobrevivência da família, e por isso serve para dar aos membros em momentos de escassez.</p>
<p>Questão 2</p> <p>O que significa os alimentos para sua vida e da sua família?</p>	<p>Camila: Significa algo muito bom, porque se não fosse à alimentação, meus filhos e meu marido não sobreviviam. Eu que sou mãe se eu posso ou não eu tenho que trabalhar ali, trabalhar que sou mãe se eu posso ou não tenho que trabalhar... aqui, fazer algum tipo de coisa pra dar o alimento pra meu filho. Quando tem o alimento na minha casa eu sinto a felicidade. Quando trazer algum tipo de coisa pra dar o alimento... eu me sinto muito mal, muito aperreada... Eles precisam de uma bolacha, um biscoito, de um miojo... qualquer tipo de comida e eu não tenho pra dar. Ai eu vou lutar pra trazer pra dar sustância pra eles...</p>	<p>... algo muito bom... se não fosse à alimentação, meus filhos e meu marido não sobreviviam... eu que sou mãe se eu posso ou não tenho que trabalhar... aqui, fazer algum tipo de coisa pra dar o alimento pra meu filho. Quando tem o alimento na minha casa eu sinto a felicidade. Quando o tempo tá mais difícil eu me sinto muito mal, muito aperreada... Eles precisam de uma bolacha, um biscoito, de um miojo... qualquer tipo de comida e eu não tenho pra dar. Ai eu vou lutar pra trazer pra dar sustância...</p>	<p>... algo muito bom, porque se não fosse à alimentação, meus filhos e meu marido não sobreviviam. Eu que sou mãe se eu posso ou não eu tenho que trabalhar ali, trabalhar que sou mãe se eu posso ou não tenho que trabalhar... aqui, fazer algum tipo de coisa pra dar o alimento pra meu filho. Quando tem o alimento na minha casa eu sinto a felicidade. Quando o tempo tá mais difícil eu me sinto muito mal, muito aperreada... Eles precisam de uma bolacha, um biscoito, de um miojo... qualquer tipo de comida e eu não tenho pra dar. Ai eu vou lutar pra trazer pra dar sustância...</p>	<p>Significa algo muito bom para a sobrevivência da família, e por isso serve para dar aos membros em momentos de escassez.</p>	<p>Significa algo muito bom para a sobrevivência da família, e por isso serve para dar aos membros em momentos de escassez.</p>	<p>Significa algo muito bom para a sobrevivência da família, e por isso serve para dar aos membros em momentos de escassez.</p>
<p>Liliane: (Silêncio) Crescimento, saúde, desenvolvimento também, já a falta, acho que traria primeiro...</p>	<p>...Crescimento, saúde, desenvolvimento...</p>	<p>...Crescimento, saúde, desenvolvimento...</p>	<p>Crescimento, saúde, desenvolvimento, já a falta, acho que traria primeiro...</p>	<p>O alimento significa saúde, crescimento e desenvolvimento.</p>	<p>O alimento significa saúde, crescimento e desenvolvimento.</p>	<p>O alimento significa saúde, crescimento e desenvolvimento.</p>

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Comitê de Ética em Pesquisa

Of. N.º 198/2006-CEP/CCS

Recife, 17 de outubro de 2006

Registro do SISNEP FR – 81222

CAAE – 1460.0.172.000-05

Registro CEP/CCS/UFPE Nº 341/05

Titulo: **“Viés e Descriminação na Distribuição Intrafamiliar de Alimentos: Estudo em uma População de Trabalhadores Rurais no Nordeste do Brasil.”**

Pesquisador Responsável: Mônica Maria Osório

Senhora Pesquisadora:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco (CEP/CCS/UFPE) registrou e analisou, de acordo com a Resolução N.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, o protocolo de pesquisa em epígrafe, aprovando-o e liberando-o para início da coleta de dados em 27 de abril de 2006.

Ressaltamos que o pesquisador responsável deverá apresentar relatório semestral.

Atenciosamente,


 Prof. Geraldo Bosco Lindoso Couto
 Coordenador do CEP/CCS / UFPE

 Geraldo Bosco Lindoso Couto
 Coordenador do CEP/CCS/UFPE

A
 Profª Mônica Maria Osório
 Dep. de Nutrição – CCS / UFPE

APÊNDICE C
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
 DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

NOME DA PESQUISA: DISTRIBUIÇÃO INTRAFAMILIAR DE ALIMENTOS: ESTUDO DE UMA POPULAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS NO NORDESTE DO BRASIL

LOCAL DO ESTUDO: ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA

PESQUISADOR: Mônica Maria Osório e Cristianne Martins F. Fidelis

Endereço: Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco

Av. Prof. Moraes Rego S/N, Recife-PE, CEP: 50670-901, fone: 2126 8471

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Solicitamos ao senhor (a senhora) a sua participação na amostra desta pesquisa. O objetivo é avaliar o consumo alimentar e o estado nutricional de todos os membros da família. Haverá um pesquisador durante 3 dias na sua casa para a pesagem dos alimentos consumidos por cada membro da família. Além disso, haverá a medição de peso e altura, a coleta de sangue para exame laboratorial, e entrevista sobre as condições de vida e de saúde da família, com registro de informações em nossos formulários.

Um(a) outro(a) pesquisador(a) passará na casa do senhor(a) várias vezes para conduzir entrevistas e ter conversas informais com a pessoa responsável pela preparação dos alimentos para conhecer mais a fundo as práticas alimentares dentro da casa.

Esperamos com esta pesquisa entender melhor a nutrição desta população. Não existirá risco nenhum com sua participação na pesquisa.

O nome do Sr.(a.) não aparecerá em nenhum momento do estudo, e as entrevistas serão conduzidas em privacidade também para evitar incômodo. A família beneficiar-se-á com informações do seu estado de saúde e com as devidas orientações em casos necessitados de tratamento.

A participação do Sr.(a.) é muito importante, mas é voluntária, podendo recusar-se a participar ou suspender a participação a qualquer momento da pesquisa e todas as suas dúvidas serão respondidas

Li e entendi todas as informações deste estudo, assim como todas as minhas dúvidas foram esclarecidas e respondidas satisfatoriamente. Dou livremente meu consentimento para participar na sub-amostra até decisão ao contrário.

Recife, ____ de _____ de 2007.

Nome do Pesquisador: _____ Assinatura do pesquisador: _____

Nome do entrevistado _____ Assinatura do entrevistado: _____

Número de identificação do entrevistado: _____

Nome da testemunha: _____ Assinatura da testemunha: _____

Nome da testemunha: _____ Assinatura da testemunha: _____